

Avante!

Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial "Avante!"

Ano 44—Série VII—N.º 22
4 de Outubro de 1974

Preço: 2\$50
Angola e Moçambique: 6\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. António Serpa, 26-2º Esq - Tel. 772284 * Impressão e Composição - Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L. - Rua de O Século, 41a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora "O SECULO"

EM FRENTE!

A grande operação contra-revolucionária de fins de Setembro, que se propunha a liquidação das liberdades e a instauração de uma nova ditadura, foi clamorosamente derrotada. O movimento popular e o Movimento das Forças Armadas cortaram o passo à reacção, contiveram o seu avanço, passaram à contra-ofensiva e infligiram uma severa derrota aos inimigos da democracia.

A reacção jogou forte e perdeu. As perdas que sofreu estão à medida da parada. Os partidos e aparelhos fascistas clandestinos comprometidos na conspiração foram desmantelados. Responsáveis foram presos. Alguns daqueles que, desempenhando altas funções, colaboraram, ajudaram ou cobriram a operação contra-revolucionária caíram com a derrocada da conspiração.

A situação política ficou mais clarificada. As liberdades consolidadas. O Poder, ainda que diversificado, mais homogêneo. Criaram-se condições mais favoráveis para que o Governo possa governar e para que a democratização e a descolonização sigam em frente.

A operação contra-revolucionária

NOS cinco meses decorridos desde o 25 de Abril, a reacção tinha já desencadeado diversas ofensivas contra a nova situação política. A operação contra-revolucionária de Setembro excedeu, porém, largamente, no cuidado da preparação, nos recursos utilizados, na concentração de esforços, no grau de organização, todas as tentativas anteriores.

A ofensiva foi precedida por uma intensa campanha anticomunista que procurou não só isolar o PCP como atingir o MFA e o Governo Provisório no seu conjunto.

Dir-se-ia que a súbita e aparentemente inexplicável agudização de conflitos sociais, sem uma razão plausível a justificá-la (caso da TAP, ameaça de "lock-out" em transportes rodoviários, etc.), visava criar pretexto para que a reacção pudesse brandir a "ameaça da anarquia" e a necessidade de um Governo forte. Esquerdistas irresponsáveis aparecem desta vez também na mesma linha de acção dos reacçãoários.

A afixação e a distribuição por aviões de centenas de milhares de cartazes anunciando a manifestação da «maioria silenciosa» deram logo a medida dos recursos utilizados. Por toda a parte, surgem rufias fascistas armadas a provocar, a insultar, a ameaçar, a agredir, beneficiando da directa protecção de sectores militarizados e de altas personalidades, quando o povo os começou a agarrar e a entregar às Forças Armadas. Multiplicam-se os jornais fascistas que fazem apelos à contra-revolução. Os «partidos» Liberal e do Progresso entram em cheio na operação. A ALA, organização dos grandes agrários, anuncia uma marcha de tractores e outras máquinas agrícolas para Lisboa. Em diversas regiões, os reacçãoários oferecem transportes gratuitos e procuram arrebatar para o «passeio» populações menos esclarecidas.

A «marcha sobre Lisboa» e a projectada grande manifestação da «maioria silenciosa», que iria pedir ao general Spínola para tomar plenos poderes, visavam criar o clima necessário à instauração de uma ditadura, como uma exigência nacional!

A batalha do Povo e do MFA

NUM momento em que se expressavam ainda praticamente todos os sectores políticos, grandes hesitações acerca do carácter e dos objectivos da manifestação e acerca da posição a tomar em relação a ela, num momento em que a tendência geral era a de que a manifestação deveria ser autorizada, o PCP desenvolveu o plano contra-revolucionário em que ela se inseria e apontou a necessidade da decidida e imediata intervenção das massas populares para cortar o passo à «marcha sobre Lisboa».

O Movimento Democrático Português (MDP), a Intersindical e os Sindicatos, o Movimento da Juventude Trabalhadora, a União dos Estudantes Comunistas, acompanharam desde logo, o combate no qual depois viriam a participar, num ou noutro grau, outros partidos e organizações democráticas.

A formação das barreiras, o controlo exercido nos caminhos-de-ferro pelos trabalhadores, o boicote ao transporte de manifestantes e outras variadas formas de acção, converteram-se numa verdadeira mobilização popular de norte a sul do País, numa grandiosa acção de massas que, recebendo em muitos casos a cooperação directa das Forças Armadas, reorganizou e acabou por desmantelar o plano da «marcha sobre Lisboa».

A grande acção das barreiras de controlo dos dias 27/28 de Setembro insere-se, na história da luta do povo português pela liberdade, como uma das mais belas batalhas, Portugueses e portuguesas deram nessas jornadas extraordinária prova de dedicação, entusiasmo, firmeza e determinação de cortar o passo ao fascismo.

Julgando poder ainda assegurar a realização da manifestação, altas personalidades ligaram abertamente a sua responsabilidade à iniciativa. O general Galvão de Melo fez um apelo em tais termos que os jornais (salvo um) recusam a publicação. Na Sociedade Hípica o general Spínola aceita receber, das mãos dos «promotores», exemplares dos cartazes marcando

CONT. NA PÁG. 2

DE NORTE A SUL DO PAÍS O POVO SAUDOU COM ALEGRIA A VITÓRIA SOBRE A REACÇÃO

A vontade do povo foi mais forte. A reacção não passou. Os manifestantes da minoria sediciosa não tiveram sequer a oportunidade de se manifestar. Enquanto os seus organizadores — muitos hoje presos — tentavam, em Lisboa, desencadear as acções preparatórias do golpe fascista, os elementos que haviam mobilizado como

massa de manobra para desencadear a violência e estabelecer o caos eram contidos de Norte a Sul nas estradas pelas barreiras instaladas e defendidas pelo povo e pelas Forças Armadas.

Quando os primeiros comunicados do MFA e do COPCON tranquilizaram o País e revelaram a profundidade da conspiração reacçãoária, uma primeira e grande vitória já havia sido alcançada: a «manifestação» abortada, contida pela mobilização popular, pela tenacidade e pelo espírito unitário de todas as forças democráticas.

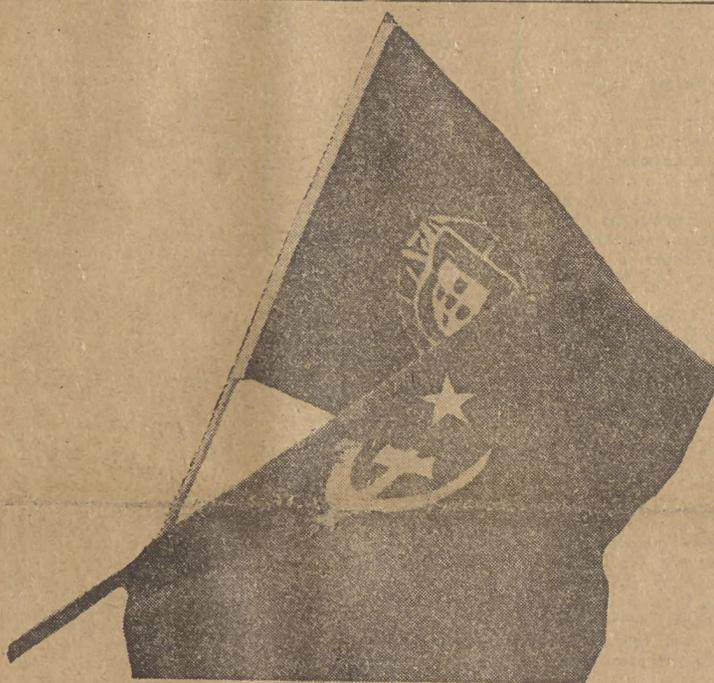
A uma jornada de luta seguiram-se duas jornadas de comemoração do êxito da fulminante contra-ofensiva desfechada pelo movimento popular e pelo MFA e pelas Forças Armadas, numa demonstração da vitalidade da aliança espontânea que é a garantia mais forte do avanço do processo de democratização. As palavras pronunciadas não foram sempre as mesmas. O povo exprimiu a sua alegria e a sua combatividade de maneiras diferentes. Mas a grandeza do espectáculo oferecido pelas massas, o espírito de luta e unidade, a determinação de preservar a democracia ficaram por todo o lado a assinalar o mesmo empenho do povo, um idêntico orgulho pela participação numa batalha que era de todos.

A posição do Governo Provisório — salientava esse documento — é muito clara: não permitir que a reacção actue e leve a cabo acções que façam perigar o regime saído do 25 de Abril. Compete às massas populares, aos comunistas, a todos os democratas e antifascistas cooperar activamente com o Governo na luta contra a reacção e tomar todas as iniciativas que impeçam a realização fascista que se planeia. E mais adiante: Os trabalhadores e o povo português, do mesmo modo que se levantaram para apoiar o derrubamento do odioso regime fascista, saberão encontrar as formas energéticas e adequadas para impedir que os fascistas ou aqueles que por eles estão sendo logrados se desloquem a Lisboa nos dias 27, 28 e 29.

* Empolgante mobilização no Norte

«A manifestação fascista não passará» — foi a palavra de ordem das organizações do Norte do PCP, do Partido Socialista e do Movimento Democrático do Norte para barrar o caminho à provocação fascista. E, como se esperava, foi obedecida por dezenas de milhares de democratas. Na Póvoa do Varzim como em Espinho, em Gaia como em Aveiro, em Matosinhos como em Falmalhão, em Viana do Castelo como em Braga, em Santo Tirso

CONT. NA PÁG. 4



OS COMUNISTAS E O COMUNISMO

O Partido Comunista Português, os seus dirigentes e militantes são os alvos mais visados das calúnias, das provocações e dos ataques mais soezes dos reacçãoários de todos os matizes. E já dos livros que o anticomunismo é tanto mais abjecto quanto mais vigoroso é o fluxo revolucionário e maiores o prestígio e influência de massas do Partido.

Sim, é já dos livros, mas pudemos comprová-lo uma vez mais na prática, durante a escalada da conspiração fascista, desmantelada na última semana pela vigilância activa do povo e pela corajosa e decidida intervenção do M. F. A.

O anticomunismo revestiu-se de formas as mais diversas, desde as mais primitivas e inacreditáveis até às mais refinadas e subjectivas — umas e outras, na sua essência, ao serviço de uma política antidemocrática e de uma ideologia de classe bem definida.

Principalmente, para alguns párocos reacçãoários do Norte, Nordeste e Beiras, o tempo parou. Não se deram conta das mudanças havidas em Portugal e no Mundo.

São calúnias tão estúpidas e primitivas que muitos honestos católicos se sentem vexados e até o próprio bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, indignado com esta tacanhez reacçãoária, desceu a terreiro com uma pastoral tentando corrigir os incorrigíveis.

Não vamos, pois, perder tempo nem espaço com isto. Mas há acusações e calúnias que visam mais fundo: buscam segregar os comunistas portugueses da política do seu país, marginalizá-los, desnaturar o carácter do Partido e da sua política

CONT. NA PÁG. 2

DOMINGO — DIA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO

Na sequência da grande derrota da reacção nos acontecimentos da última semana, o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, alertou a Nação para a necessidade de aumentar o produto nacional e a produtividade do trabalho como uma das formas mais imediatas de fazer face à crise económica legada pelo fascismo e agravada pela sabotagem económica de alguns grupos financeiros.

Para selar a vitória das forças democráticas e do povo contra a reacção, o Primeiro-Ministro apelou para que no próximo domingo os trabalhadores fizessem desse dia de descanso um dia de trabalho. Esta iniciativa encontrou o melhor apoio entre as classes trabalhadoras e de várias empresas, o local do trabalho vêm notícias da correspondência entusiástica ao apelo do Primeiro-Ministro.

É assim, mais uma vez, dos trabalhadores — e não do patronato — que vêm estas provas de elevada consciência política e de sacrifício pelo seu país.

O MFA e o Chefe do Governo Provisório, pelo papel que tiveram no desenrolar da crise e na consolidação do processo democrático, são merecedores dessa prova de confiança dos trabalhadores e o próximo domingo será em dúvida uma grande jornada de reforço da democracia, de estreitamento da unidade do povo com as Forças Armadas.

Locais haverá — e muitos o são — em que o «dia de trabalho» pode ser aplicado em trabalhos de interesse público: limpeza de ruas, arranjo de estradas e de obras de utilidade pública, etc.

As novas autarquias locais e edilidades saberão certamente encontrar rápidas soluções, organizar as brigadas e o seu trabalho. Estamos certos de que a iniciativa do Primeiro-Ministro irá saldarse por mais um êxito importante do Governo Provisório e das forças interessadas na consolidação e alargamento das conquistas democráticas alcançadas.

UM 5 DE OUTUBRO DIFERENTE

Pela primeira vez em 48 anos, o povo português poderá comemorar em clima de liberdade o aniversário da Revolução do 5 de Outubro de 1910. A grande jornada de confraternização democrática do próximo domingo terá, portanto, características inteiramente inéditas. Não será desta vez uma jornada de luta, de resistência. O fascismo foi esmagado. Mas deverá ser, mais ainda do que em anos anteriores, uma jornada de unidade.

Os factos do passado estão carregados de ensinamentos para o futuro. Festejar o 5 de Outubro não significa esquecer que a Revolução de 1910 foi, desde o início, uma Revolução desviada do seu projecto e das suas metas. De embocaram nela todas as frustrações das malogradas revoluções liberais do século XIX. O povo tinha uma ânsia incontida de novas fórmulas políticas que traduzissem a imperiosa necessidade de uma democratização em profundidade que desmantelasse as rígidas e opressivas estruturas económicas que a Monarquia preservava, após esmagar durante uma longa

guerra civil esquecida — a Revolução da Patuleia em 1846-47 — uma autêntica insurreição de massas. Mas o desfecho do processo não correspondeu aos anseios populares. Assim como as revoltas liberais tinham acabado num compromisso entre a burguesia nascente e a velha aristocracia, o 5 de Outubro, que não teria sido possível sem a participação massiva do povo, deu origem a um regime no qual os políticos da pequena burguesia e da classe média, que se julgavam vitoriosos, desempenharam o melancólico papel de instrumento dos interesses da grande burguesia.

As belas intenções, e com elas o grande sonho da democratização, diluíram-se, uma a uma, em brancas nuvens. Mais uma vez os destinos do País foram decididos nas costas do povo. A prometida reforma agrária nunca se concretizou em factos; o poder dos grandes bancos, em vez de ser contido, aumentou, num processo de concentração do capital financeiro favorecido pelo fenómeno mundial da transição do capitalismo clássico para a fase do capitalismo monopolista. As energias revolucionárias do povo, que deveriam ser investidas num projecto de desenvolvimento democrático, não foram devidamente aproveitadas. Os bro acabaram por ser os grandes senhores da terra e uma burguesia industrial dependente, que ligou desde o início a sua sorte à de grandes empresas estrangeiras

cujos interesses eram totalmente incompatíveis com os do povo português.

Todas essas contradições, não resolvidas, exacerbaram-se e, evoluindo, acabaram favorecendo o fascismo na preparação do golpe de Estado do 28 de Maio, na conquista do Poder e na posterior montagem da máquina monstruosa que triturou a Nação durante 48 anos. Portugal ficou à margem da história, foi lançado em guerras injustas e ruinosas, transformado no país mais atrasado da Europa, mas com mais alto índice de concentração de capital.

A classe operária, os assalariados agrícolas, os pequenos e médios camponeses, a pequena burguesia viram frustradas todas as suas aspirações.

Do 5 de Outubro, o que sobrou foi a recordação de uma

CONT. NA PÁG. 2



Cem mil pessoas manifestaram-se no Porto contra a reacção

CONT. DA PÁG. 1

a data da manifestação e anima a seguir com a sua presença a assembleia contra-revolucionária da tourada no Campo Pequeno.

Toda a situação política se agudiza. O general Spínola exige a proclamação do estado de sítio, faz encerrar as estações de rádio e proibir a saída dos jornais.

A acção do MFA, detetando actividades clandestinas, prendendo conspiradores, desmantelando organizações e estruturas comprometidas na operação, deu o golpe de misericórdia no plano da manifestação da «maioria silenciosa».

Quando o Presidente da República declarou não ser oportuna a manifestação, já esta perdera praticamente a possibilidade de realizar-se, mesmo que o Presidente o quisesse. A declaração do COPCON, cancelando a manifestação, tirou as últimas veleidades à reacção.

Se a manifestação da «maioria silenciosa» não tivesse objectivos mais ambiciosos, o seu fracasso seria significativo, mas poderia não alterar muito as estruturas do poder político.

Como porém a manifestação era uma peça da operação mais vasta que deveria conduzir à queda do Governo, a declaração de estado de sítio e aos plenos poderes do general Spínola, e como nela estavam comprometidas altas personalidades, o fracasso da manifestação teve consequências muito mais profundas.

O fracasso monumental da manifestação arrastou o fracasso da operação contra-revolucionária e tornou insustentável a situação de personalidades que haviam ligado o seu nome à operação.

A demissão do general Spínola

A derrota da operação contra-revolucionária tornava extraordinariamente frágil a posição do Presidente da República. Tudo quanto se sabe permite afirmar que o MFA fez os possíveis e os impossíveis para não quebrar a unidade militar. Ainda no dia 29 se admitia que o general Spínola continuasse sendo Presidente da República. Entretanto, a sua renúncia, que veio a dar-se, era a única conclusão lógica do fracasso da operação contra-revolucionária.

O general Spínola afirmou no seu discurso de despedida que o seu objectivo era a democracia contra as forças que a ameaçavam. A verdade é porém que, desde o 25 de Abril, nunca o general se conformara com a existência de um Governo democrático, e de um povo exercendo as liberdades. É sabido que, já na vigência do Primeiro Governo Provisório, exigia com frequência limitações às liberdades e medidas repressivas e brandia a ameaça de declarar o estado de sítio, suspendendo as garantias constitucionais.

As diversas crises que se atravessaram desde 25 de Abril foram todas, marcadas pela pretensão do general obter plenos poderes ligados à ideia da suspensão das garantias constitucionais.

As dificuldades económicas e as lutas sociais eram apresentadas como «caminho para o caos e a anarquia». O uso da liberdade de Imprensa; que tantos serviços prestou à luta contra a reacção e à democratização da vida política, era violadamente atacado. O grande capital e a reacção em geral, ao fomentarem as dificuldades económicas, ao soprarem a agudização dos conflitos sociais, ao servirem-se dos grupos esquerdistas para criarem um superficial clima de agitação e de insegurança, sabiam que cada acto nessa direcção era exagerado e citado para comprovar a necessidade de medidas repressivas, de suspensão das liberdades, da formação de um Governo de força.

O general Spínola, que nos primeiros meses de 1974 tivera um papel positivo no processo que conduziu à vitória do 25 de Abril, tornou-se de facto um travão à democratização e à descolónização.

Foi-se cavando cada vez mais uma maior irredutibilidade entre o general, pretendendo o poder pessoal e a restrição, se não a supressão das liberdades, o MFA e as forças democráticas, pretendendo defender e consolidar as liberdades e construir um regime democrático.

A demissão do general Spínola era conclusão lógica e necessária da crise. Foi um facto positivo para o futuro democrático do nosso país.

Em frente!

A solução da última crise cria condições mais favoráveis para o prosseguimento da realização do Programa do Movimento das Forças Armadas, que é o Programa do Governo Provisório. A reacção, severamente derrotada, tem ainda força e voltará à ofensiva. Procurará particularmente ganhar as camadas médias. Agitará o espantinho do «perigo comunista», da ameaça de um regime «totalitário». Especializará com a difícil situação económica. Aproveitará cada dificuldade e cada erro para intensificar a sua acção subversiva.

O Governo Provisório, o MFA, as forças democráticas têm de responder à situação, não apenas com palavras mas com actos.

Na frente política, é indispensável completar o saneamento do aparelho do Estado, reorganizar, sem perda de tempo, no espírito do 25 de Abril, as forças militarizadas, instituir amplas liberdades e assegurar o seu exercício no respeito da ordem democrática.

No plano económico, são indispensáveis medidas urgentes para diminuir até ao fim do ano os previsíveis e enormes défices do orçamento e das balanças comercial e de pagamentos, para acentuar o carácter progressivo dos impostos, para estimular a produção industrial e agrícola, para reanimar os sectores em crise, para resolver os graves problemas de mercado.

As camadas médias e vacilantes serão definitivamente ganhas para a causa da democracia quando vejam que o novo regime defende e assegura de facto os interesses do campesinato e dos pequenos e médios industriais e comerciantes. Isso tem de ser feito na política económica e social.

No plano social, é indispensável atender às reivindicações mais prementes das massas trabalhadoras.

No plano de descolónização, é indispensável prosseguir com coragem a política que restituiu ao povo português a honra que os fascistas mancharam com a opressão e exploração dos povos africanos e com 13 anos de uma guerra injusta.

O povo português e as Forças Armadas, aliados, estão em condições de defender o presente e assegurar o futuro: a consolidação e institucionalização das liberdades, a realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte, a instauração de um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

A ÉTICA DOS ESQUERDISTAS

Na madrugada de 27 de Setembro, em plena escalada fascista, Urbano Tavares Rodrigues foi vítima de uma covarde agressão. Não é a primeira. Escritor, jornalista, professor universitário, foi nos últimos anos perseguido pela PIDE por ser um trabalhador intelectual e um resistente que punha a sua pena ao serviço da causa da libertação do povo português. Afastado da Faculdade de Letras de Lisboa, proibido de leccionar em estabelecimentos oficiais, Urbano Tavares Rodrigues não cedeu a ameaças nem a pressões materiais.

Em 1969, durante a «campanha eleitoral», um grupo de legionários esperou-o à saída do Teatro Vasco Santana e espancou-o com requintes de ferocidade próprios dessa escória humana. Urbano Tavares Rodrigues que, além da sua coragem moral, é dotado de uma coragem física incomum, lutou até o esgotamento contra o bando de fascistas, o que agravou os efeitos da agressão. A acção judicial, como era de esperar, foi arquivada. Os legionários estavam seguros da impunidade.

O episódio repetiu-se agora, com outras personagens. Os elementos que agrediram Urbano Tavares Rodrigues não foram desta vez os ex-legionários de Salazar e Caetano. Proclamam ser antifascistas e revolucionários. O seu comportamento assemelha-se, entretanto, ao da rale fascista como duas gotas de água entre si. Urbano Tavares Rodrigues foi agredido, na Rua de Artilharia 1, junto da Penitenciária de Lisboa, por aventureiros que ali pretendiam estar em missão de vigilância popular. Foi insultado e espancado na sua qualidade de trabalhador de «O Seculo» e de militante comunista. Os provocadores que dizem vigiar os pides cetidos agiram exactamente como os pides o faziam antes do 25 de Abril. Armados de objectos contundentes, lançaram-se sobre Urbano Tavares Rodrigues, atacaram-no pelas costas, atingiram-no repetidamente na cabeça, nas virilhas, em todo o corpo. Eram mais de 200, embora só algumas dezenas dispusessem de espaço para intervir no massacre. Urbano bateu-se até cair. Seguiu-se, então, uma farsa de julgamento, depois de lhe arrancarem o relógio e lhe rasgarem as roupas. O

nosso camarada foi traído, armado em réu, acusado de não ter aderido à recente greve da Imprensa diária, de a ter condenado como contrária aos interesses da classe operária e do povo português. E a violência da agressão aumentou quando reafirmou a sua posição em face dessa greve e proclamou orgulhosamente a sua condição de comunista.

O «Avante!» associa-se ao protesto dos trabalhadores de «O Seculo» e da Sociedade Nacional de Tipografia. Manifesta também a sua solidariedade calorosa a Urbano Tavares Rodrigues. Os marginais que o agrediram demonstraram, através de um comportamento abjecto, que o seu verbalismo pseudo-revolucionário não passa de um instrumento de mistificação. Os homens, como os partidos, não se definem apenas pela ideologia. A opção confessada pode ser verdadeira e falsa. Definem-se também por uma forma de actuar que traduz sempre uma visão do Mundo. Ora os actos e a ética desses energúmenos da «esquerda desvariada são, na prática política, iguais aos da direita fascista.

NOVOS CENTROS DE TRABALHO NO PORTO



A Comissão Concelhia do Porto do PCP tem procurado continuamente melhorar o seu trabalho e meios de contacto com a população. Além dos Centros de Trabalho de Ramalde e Paranhos, vão inaugurar-se brevemente mais dois centros de trabalho na cidade. Na foto, um aspecto da inauguração do Centro de Trabalho de Paranhos.

OS COMUNISTAS E O COMUNISMO

CONT. DA PÁG. 1

Uma — O PCP não pode ser considerado um partido nacional posto que é comandado do estrangeiro;

Outra — Os comunistas integram e apoiam o actual sistema de governo por pura tática; os seus objectivos ocultos são impor uma ditadura comunista e instaurar o sistema de partido único (o Comunista, naturalmente...).

Não se pense que tais acusações são irrelevantes. Não. Com elas, forças até há pouco bem alojadas, direitistas, fundamentavam os seus ataques ao processo de democratização nacional em curso, ao MFA e ao seu Programa e manobravam para impor o poder pessoal e o estado de sítio. Medidas que conduziriam inevitavelmente a uma situação contra-revolucionária propícia ao regresso do fascismo.

Deixemos claras as coisas: o PCP nunca ocultou a sua fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário, nunca escondeu a solidariedade de interesses da classe operária de todos os países por cima das fronteiras.

Por isso nos sentimos solidários com os trabalhadores e o povo do Chile, da Espanha dos Estados Unidos, do Brasil, com todos os povos da Terra que sofrem a opressão e a exploração do imperialismo e do grande capital. Por isso nos sentimos irmãos do povo soviético e dos povos dos restantes países socialistas.

O internacionalismo proletário tornou-se, além disso, nas condições actuais do Mundo, a garantia mais sólida da paz entre os povos.

É exactamente porque permanecemos fiéis a esses superiores princípios que os comunistas portugueses lutaram e lutam intransigentemente pelo direito à independência dos povos das colónias portuguesas e saudaram com entusiasmo os passos já dados pelo Governo Provisório, de que participam, no caminho da descolónização.

Mas o sentimento internacionalista dos comunistas portugueses não exclui, antes implica, um profundo de voto ao seu povo e ao seu País como o têm demonstrado numa longa luta, plena de abnegação e de sacrifícios.

Durante o quase meio século de fascismo em Portugal, se os comunistas puderam resistir à ofensiva de molidura da repressão fascista e forjar um forte partido de classe dos trabalhadores portugueses, foi porque se fundiram estreitamente com o seu povo e nele ficaram raízes, não como plantas espúrias ou parasitas, mas como a sua parte mais combativa e consciente.

Os 250 anos de prisão nos cárceres fascistas dos actuais dirigentes do PCP não são para nós uma medalha de exibição, mas exactamente um tributo real que pagámos como campeões da liberdade e da independência nacional do nosso povo na luta contra a opressão fascista.

Foi assim no passado durante a longa noite do fascismo, e continua a ser no presente depois do 25 de Abril. Quando nos acusam de ser um partido a maado do estrangeiro será bom talvez ouvir o que dizem e ler o que escrevem, os comunistas de outros países que põem em relevo a forma cruetosa como os comunistas portugueses têm sabido conduzir a sua acção em condições originais, como têm sabido compreender a singularidade e a complexidade da situação do seu País e levar à prática uma linha de acção no fundamental correcta, inserida na linha das aspirações mais sentidas do povo português.

Sim, temos em muito apre-

zo as experiências dos partidos irmãos, estudamo-las e delas extraímos preciosos ensinamentos para o nosso próprio trabalho. Também ouvimos com atenção as suas apreciações e críticas. Mas a recíproca também é verdadeira.

Quer dizer, é numa base de inteira independência política que se fundamentam mutuamente as nossas relações com os partidos comunistas irmãos.

Podem os empedernidos reacçãoários não compreender o conteúdo e a forma do nosso internacionalismo proletário e, simultaneamente, da nossa profunda radicação nacional, da nossa política fundamentalmente virada para os interesses vitais do nosso povo. Mas é uma realidade que não pode ser alterada, por muito que distorçamos, pelos incorrigíveis arautos da contra-revolução e do fascismo.

Quando à segunda acusação: evidentemente o PCP tem a sua tática. E também a sua estratégia.

Aliás, como se pode conceber que um partido que se propõe intervir seriamente na luta política do seu respectivo país não tenha uma estratégia e uma tática?

O PCP nunca escondeu das massas a sua linha estratégica e as suas posições táticas. Linha estratégica e posições táticas do partido do proletário.

Definimo-las com toda a clareza no nosso Programa; tratamo-las com frequência na Imprensa e outros documentos do Partido; são para nós lemas de acção e de luta.

Na presente etapa histórica, a nossa estratégia tem no Programa do Partido o nome: «Revolução Democrática e Nacional» e lá dizemos o que entendemos por isso e quais as medidas de carácter político, económico e social que a informam. Também lá definimos posições táticas de evidente actualidade. Por exemplo, dizemos quanto à nossa participação no Governo Provisório: «O PCP não faz depender da adopção do Programa do Partido pelo Governo Provisório a sua participação neste Governo. Participará no Governo Provisório desde que ele cumpra a sua tarefa principal de instaurar as liberdades democráticas e realizar eleições livres para uma Assembleia Constituinte, que determinará a organização e a forma do futuro regime democrático.» Isto foi escrito em 1965. Não é o que estamos a rea-

lizar em Outubro de 74, depois do derrubamento do fascismo em 25 de Abril?

Não é verdade que no actual Governo Provisório, de que participamos numa larga coligação de forças, levamos escrupulosamente à prática o Programa do MFA, que é a sua plataforma política? Não é verdade que para a sua realização empenhamos actualmente toda a força e influência do nosso Partido? Além disso, não podemos acusar de levar à prática uma política de duas faces, uma dentro e outra fora do Governo Provisório? Poderão dizer o mesmo outras forças da coligação?

Acusar-nos de designios ocultos é uma bala que sai pela culatra. O tal objectivo oculto que nos imputam, é nem mais nem menos, que o de instaurar uma «ditadura comunista», impor ao País um «regime de partido único». Dai que certos companheiros de rota coloquem, na aparência como a maior sberleia deste mundo, problemas como o de se saber se há garantias ou não de manutenção do pluralismo partidário no processo actual de democratização do País, numa insinuação ao tal regime de partido único que na opinião, por exemplo, do senhor general Spínola, seria o «objectivo oculto» do PCP.

E uma acusação de evidente má-fé que envolve a ideia da implantação do comunismo por simples pendência voluntarista.

Será necessário dizer que para os comunistas qualquer modificação do sistema social

é uma questão eminentemente científica, obedecendo a leis infrangíveis e a condições objectivas e outras, dependentes do grau de disposição e organização das massas populares, no seu sentido mais amplo?

Não é evidente que das nossas ideias publicamente manifestadas e em toda a nossa prática revolucionária no momento actual a opção capitalismo ou socialismo é um falso dilema e que a verdadeira opção é a de democracia ou fascismo?

Que radicais pequeno-burgueses, escrevem nas paredes de Lisboa, como nas ruas de Paris, «Poder operário já já!», «Ditadura do proletariado já, já!» e outros «slogans» muito «revolucionários», é uma coisa — que imputem aos comunistas portugueses uma tal falta de senso das realidades é outra.

Claro que lutamos e lutaremos por transformações sociais profundas que abram sucessivamente ao nosso País a via do socialismo e do comunismo. É uma perspectiva histórica que se inscreve no objectivo do nosso Programa. Essas transformações radicais implicam a adesão da esmagadora maioria do nosso povo e tudo faremos para a ganhar, pelo convencimento para as nossas ideias e convicções.

E quando o nosso povo o quiser, estaremos lá, à sua cabeça com a classe operária, não de uma maneira passiva e híbrida, mas como verdadeira vanguarda revolucionária dos trabalhadores que somos.



SESSÕES E COMÍCIOS

- 4/10 — CAMPO DE OURIQUE (LISBOA) — comício, às 21 h, no Clube Atlético de Campo de Ourique (Trav. do Cabo 3); SANTA IRIA DE AZOIA — sessão de esclarecimento, às 14 h na FIMA (Fáb. Imperial & Margarina).
- 5/10 — SACAVEM — comício com a presença de Álvaro Cunhal, às 21 h, no Ginásio do Sacavenense.
- 10/10 — CHAMUSCA — sessão de esclarecimento, às 21.30 h, no Montepio.
- 12/10 — SANTIAGO DO CACEM — sessão de esclarecimento, às 21 h.
- 13/10 — ALPIARÇA-AZINHAGA — comício.

5 DE OUTUBRO

CONT. DA PÁG. 1

grande esperança truncada, e espírito de resistência à opressão, à ansia da democracia, a combatividade, a lição magnífica da unidade popular. Ao após ano, sob o fascismo, a data nunca deixou de ser comemorada como desafio e acto de confiança no futuro. Foi uma bandeira de combate do povo português durante quase meio século. Agora, o presente deixa entrever um futuro autenticamente democrático, um amanhã ainda mais rico de perspectivas do que o desejado em 1910. A unidade magnífica do movimento popular com as Forças Armadas, das massas com o MFA, é uma garantia de que existem condições para resolver os problemas de fundo, inseparáveis da necessidade de transformar e democratizar a sociedade portuguesa. Há um programa que é o denominador comum das aspirações imediatas da Nação: o Programa do MFA. Cumpre executá-lo sem vacilações.

Mas isso só será possível se as forças que sabotaram a Revolução Republicana de 1910, as forças derrotadas no 25 de Abril, as mesmas forças reacçãoárias que acabam de ser esmagadas na sua última tentativa de restabelecer o fascismo em Portugal forem reduzidas à impotência. Em outras palavras: não haverá democratização real enquanto as estruturas do fascismo não forem destruídas, enquanto as estruturas da máquina do poder económico e político nacional, antipopular não forem completamente desmontadas. O povo quer pronunciar-se sobre o Governo, sobre o tipo de vida e de sociedade que deseja. Tem esse direito. Provou-o nas ruas, novamente, na madrugada de 28 de Setembro. E as Forças Armadas garantem-no através do Programa do MFA e reafirmam-no hoje pela palavra do actual Presidente da República.

A maior das lições do 5 de Outubro permanece viva e forte: a unidade e a disposição de luta das massas, o largo apoio popular aos ideais da democracia. Agora ampliados pela aliança entre o povo e as Forças Armadas, que regressaram às suas origens, retomando uma vocação nacional e popular.

Façamos do 5 de Outubro uma grande jornada unitária de confraternização po-

lítica e social. O povo quer pronunciar-se sobre o Governo, sobre o tipo de vida e de sociedade que deseja. Tem esse direito. Provou-o nas ruas, novamente, na madrugada de 28 de Setembro. E as Forças Armadas garantem-no através do Programa do MFA e reafirmam-no hoje pela palavra do actual Presidente da República.

Façamos do 5 de Outubro uma grande jornada unitária de confraternização po-

Ler e divulgar o «Avante!» é ajudar o Partido

NOVIDADE

REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

Devolve o cupão junto acompanhado de Esc.:

195\$00 (assinatura anual, para Portugal)

em cheque ou vale do correio, para Editorial Avante,

Av. António Serpa, 26-29, Esq. Lisboa-1

Nome _____

Profissão _____

Morada _____

Localidade _____ Telef. _____

LÊ E ASSINA

Avante!

Orgão Central do Partido Comunista Português

Remete ao «Avante!» - Av. António Serpa - 26 - 2º Esq. - Lisboa-1

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Sim, temos em muito apre-

VISITA À SEDE DA UEC

IMPORTANTES TAREFAS PARA OS ESTUDANTES COMUNISTAS

Os estudantes comunistas têm já o seu centro de trabalho próprio em Lisboa. Fica na Rua de Entrecampos, perto do Campo Pequeno, num pequeno andar onde centenas de estudantes comunistas passam todos os dias, para reuniões de trabalho e convívio. Estudantes locais e universitários debatem desde os problemas de organização até às tarefas diárias a concretizar. O «Avante!» fez uma visita ao Centro de Trabalho da UEC, tendo uma conversa informal com os nossos camaradas da Comissão Executiva da União dos Estudantes Comunistas Zita Seabra, Joaquim Judas e Sita Valles. «AVANTE!» — Podem sintetizar quais as principais perspectivas de trabalho da UEC para o próximo ano lectivo?

—Este novo ano lectivo pode marcar uma viragem decisiva para um ensino democrático. Para isso, tal como até agora o têm feito, os estudantes comunistas terão que dar muito do seu esforço, muito da sua iniciativa e acção. Há que arranjar o ensino da situação caótica em que o fascismo o deixou. A actual situação política permite fazê-lo, permite que se possa desde já avançar com medidas conducentes a colocar o ensino ao serviço dos reais interesses nacionais. Impõe-se também que se meta ombros à construção de uma forte organização associativa, a UNEP, capaz de mobilizar e organizar milhares de estudantes, capaz de chamar as massas estudantis à intervenção política, e que crie e desenvolva múltiplas actividades que vão de encontro aos interesses dos estudantes. Só assim o MA estará à altura das tarefas estudantis na actual situação política.

Esperamos também no início do próximo ano um intenso trabalho político de mobilização dos estudantes em torno dos grandes objectivos da classe operária e dos trabalhadores e de todo o povo para a consolidação do processo democrático em curso.

«AVANTE!» — Qual o significado da abertura de uma sede da UEC?

—A abertura de um centro da UEC reflecte, por um lado, as novas condições criadas no nosso país com o derrubamento da ditadura fascista, por outro, a força e influência política da nossa organização.

A abertura deste centro tornou-se indispensável face à necessidade da UEC responder inteiramente às grandes tarefas políticas que se lhe colocam. A UEC era já, nas condições de clandestinidade, uma forte organização nacional dos estudantes comunistas, desempenhando um papel de vanguarda em todas as grandes lutas travadas pelos estudantes portugueses contra a ditadura fascista.

Hoje, continua a sê-lo. A sua influência política e a sua força orgânica reforçam-se consideravelmente, estando inequivocamente à vista quer nos comícios quer na difusão da sua imprensa o papel de vanguarda dos estudantes comunistas no movimento estudantil e na mobilização dos estudantes em torno dos grandes objectivos políticos do nosso povo. Estas são as razões que nos impuseram a abertura deste centro.

«AVANTE!» — Como é assegurado o funcionamento do centro?

—É assegurado por militantes das várias escolas, que rotativamente se encarregam de todos os trabalhos, desde

venda de materiais, esclarecimento político, recepção e inscrição de novos militantes até à limpeza e segurança da sede.

O Centro reflecte-se no nosso trabalho, facilita a interligação da actividade e permite a mais fácil realização de múltiplas reuniões através da existência de gabinetes de trabalho dos vários sectores da UEC.

Além disso o Centro permite que numerosos estudantes venham aqui pedir esclarecimentos sobre a nossa actividade, as nossas perspectivas de trabalho para o movimento estudantil e sobre a situação política.

DESALIANAR BANCADAS É PENSAR DESPORTO

Falamos um pouco de desporto, com a ponderação e a isenção a que, indistintamente, nos deve obrigar o tema.

Neste momento, em Portugal, o público que assiste às várias manifestações desportivas ainda não compreendeu, na sua maioria, porque lhe chamam alienado e isso, também em parte, porque não sente a alienação de que é acusado.

Realmente, o regime Salazar-Caetano criou e adubou no País hábitos de comodidade que conduziram o povo a um permanente desalento, a uma descrença no futuro que fazia da maioria das pessoas verdadeiros autómatas. Um indivíduo em face de tantas derrotas, de tanta repressão, de um imenso receio de

CENTROS DE TRABALHO DO BAIXO ALENTEJO

Mais dois novos centros de trabalho do PCP foram recentemente inaugurados no Baixo Alentejo: um em Garvão e outro em Almodôvar. A assinalar o acontecimento realizaram-se naquelas duas terras, nos dias 21 e 22 do mês passado, comícios do PCP. Usaram da palavra, entre outros, José da Silva, membro da Comissão Distrital de Beja do PCP, João dos Santos, membro da Comissão Concelhia de Aljustrel, Manuel Godinho, J. Barza e Maria da Piedade. Os problemas da situação política nacional e os problemas dos assalariados agrícolas e dos pequenos e médios camponeses estiveram no centro das intervenções. Particular ênfase deu-se a intervenção, em Garvão, de J. Anastácio, veterano da luta antifascista, membro do PCP desde 1936. Foi destacado por todos os oradores a importância e o significado da abertura dos dois novos centros de trabalho para o desenvolvimento do trabalho do Partido e para a mobilização e organização dos trabalhadores.

—Não ganhamos porém nada em continuar a fazer acusações generalizadas a um público que, por gostar de ver futebol, andebol, atletismo, etc., nem por isso deixou de estar presente nas barricadas para vedar a entrada à mercadoria comprada pelo fascismo, nem por isso deixará de invadir o Estádio 1.º de Maio no grande dia do comício nem de percorrer as ruas de Lisboa forçando o Movimento das Forças Armadas. Porque, não haja dúvida, o povo é sempre o mesmo. Compete, isso sim, aos esclarecidos lançar uma intensa campanha de educação política que destrua o gérmen que possa subsistir numa parte, naqueles que ainda pensam que a «minha política é o trabalho» e «o que a gente quer é futebol».

Não vivemos de forma alguma uma época de hostilidade ao Povo, mesmo aquele que, por despolitizado, ainda não compreendeu a grandeza da palavra liberdade e não se apercebeu da grande conquista. Que lhe pertence porque para ele foi feita. Temos de ter paciência, compreendê-lo e fazer com que nos entenda, temos de o encaminhar, de lhe ir dizendo o que este País era, o escárnio do mundo, o cano do estogo da Europa, e o que este País começa a ser, a projecção que já estendeu por toda a terra, a missão que está a desempenhar num universo que ignorava todas as nossas potencialidades e que nos vê da nossa tribuna defender princípios são, proteger novas nacionalidades, ajudá-las a dar os primeiros passos,

fazendo aquele mínimo que sempre nos foi exigido pela nossa consciência mas que nem por isso deixa de ter profunda repercussão internacional. Todos os países conhecem o valor do desporto, o seu alto poder de penetração. Todos o fomentam com base numa actividade formidável que, naturalmente, começa na educação física das crianças e cria hábitos por toda a vida, ficando profundamente ligado à existência do cidadão que sempre o procurará como meio de diversão ou de revigoramento físico. No entanto, todos o utilizam como veículo de comunicação com os outros povos do globo e o apresentam, orgulhosamente, nos estádios de todo o mundo. Não é por acaso que, por exemplo, a China possui um estádio para 80.000 espectadores nem é por acaso que na Europa existem recintos com capacidade para muito público. O desporto-espectáculo também faz parte do grupo de diversões e por isso os países o fomentam e o aperfeiçoam.



Podem encontrar-se nomes e factos. Mas não podemos deixar de considerar que houve quem se opusesse aos processos da máquina governativa e por isso tivesse sido afastado da direcção de clubes. De tal forma o pânico se apoderou do governo, com a ameaça da infiltração de elementos hostis ao fascismo nas direcções dos clubes, que os nomes que constituíam os elencos respectivos tinham de ser aprovados pelo Ministério da Educação Nacional. Um ministério que, por acaso, até nem gostava que se educasse o povo e a esse mesmo povo dirigiu sempre filosofias balofas. Não só no capítulo educacional propriamente dito mas no desporto de massas, no qual tanta gente insistiu sem o mais ligeiro êxito.

Devemos portanto ter em atenção tudo quanto favorece a alienação de grande número de espectadores de competições desportivas, entre elas a proibição de os homens se reunirem noutros locais como clubes, cooperativas, etc.

«O Sindicato não existe!», «O que é isso de Sindicato?», «Não reconhecemos nenhum Sindicato!», «Qual Sindicato?». Isto diziam os agrários de Beja, aqui há uns meses atrás, fingindo não ver o que se metia pelos olhos adentro, quando os legítimos representantes dos trabalhadores agrícolas, que haviam dado os primeiros passos na sua organização sindical, os pressionavam para a negociação de condições de trabalho. Nessa altura já, não só foram obrigados a sentar-se à mesa com os representantes eleitos dos trabalhadores (as comissões pro-Sindicato) como foram, ainda, encostados à parede e obrigados a assinar as convenções. Foi uma grande vitória dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, pese as manobras dos agrários e a sua resistência a cumprir o que fora acordado. Recentemente, outra grande vitória foi alcançada.

No dia 15 do mês passado, na Casa do Povo de Cabeça Gorda, realizou-se uma reunião distrital do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja. Presentes, 116 delegados representando 58 freguesias.

Nessa reunião foi eleita a direcção do sindicato, constituída por José Batista Mestre Soares, Francisco da Ascensão Batista, Manuel Godinho Tagaroso e José Vicente Cabral da Palma. Eleitos, também, foram os delegados do Sindicato nos diversos concelhos.

Um caderno reivindicativo dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, para o período de um ano, foi discutido e aprovado. Irá substituir as convenções colectivas que no dia 30 expiraram o seu prazo.

O «Avante!» foi ouvir a Direcção do Sindicato

«Avante!» foi a Beja e ouviu a Direcção recém-eleita do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, José Batista Mestre Soares, Manuel Godinho Tagaroso e Francisco da Ascensão Batista falarem para o nosso jornal. Explicaram-nos a importância do momento presente para a vida dos trabalhadores agrícolas do distrito e para a sua luta. Denunciaram as manobras e acções reaccionárias premeditadas dos

NOVA FASE DE LUTA PARA OS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE BEJA

O proletariado rural do distrito de Beja entrou numa nova fase da sua luta. Luta que tem sido, e é, sem dúvida, muito dura. Que será ainda por muito tempo, também, mas que já deu os seus frutos. As convenções de trabalho assinadas no começo do Verão, e que foram uma vitória, chegaram ao seu termo no passado dia 30. Em duas reuniões sucessivas entre os seus representantes sindicais e os representantes dos patrões (uma na quinta-feira da semana passada e, outra, na segunda-feira), os trabalhadores defenderam um caderno reivindicativo para o prazo de um ano. Tirando partido da grande ofensiva reaccionária que estava em marcha e julgando-se em terra conquistada, os patrões apresentaram propostas provocatórias, visando impor aos trabalhadores condições de trabalho inferiores às que vigoraram nos últimos meses. Firmes, os trabalhadores recusaram-nas. Encorajados com a vitória que estes dias cortou o passo à reacção, os trabalhadores agrícolas cerram fileiras, fortalecem a sua unidade, reforçam o seu Sindicato.

A eleição da Direcção do Sindicato — uma grande vitória

«O Sindicato não existe!», «O que é isso de Sindicato?», «Não reconhecemos nenhum Sindicato!», «Qual Sindicato?». Isto diziam os agrários de Beja, aqui há uns meses atrás, fingindo não ver o que se metia pelos olhos adentro, quando os legítimos representantes dos trabalhadores agrícolas, que haviam dado os primeiros passos na sua organização sindical, os pressionavam para a negociação de condições de trabalho. Nessa altura já, não só foram obrigados a sentar-se à mesa com os representantes eleitos dos trabalhadores (as comissões pro-Sindicato) como foram, ainda, encostados à parede e obrigados a assinar as convenções. Foi uma grande vitória dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, pese as manobras dos agrários e a sua resistência a cumprir o que fora acordado. Recentemente, outra grande vitória foi alcançada.

No dia 15 do mês passado, na Casa do Povo de Cabeça Gorda, realizou-se uma reunião distrital do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja. Presentes, 116 delegados representando 58 freguesias.

Nessa reunião foi eleita a direcção do sindicato, constituída por José Batista Mestre Soares, Francisco da Ascensão Batista, Manuel Godinho Tagaroso e José Vicente Cabral da Palma. Eleitos, também, foram os delegados do Sindicato nos diversos concelhos.

Um caderno reivindicativo dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, para o período de um ano, foi discutido e aprovado. Irá substituir as convenções colectivas que no dia 30 expiraram o seu prazo.

agrários para criar aos trabalhadores uma situação insustentável de desemprego, de fome e de conflitos permanentes e para lançar a economia nacional no caos. —A nossa luta vai entrar numa nova fase — diz-nos José B. M. Soeiro, presidente do Sindicato. As convenções de trabalho assinadas no começo do Verão terminam dia 30. Os agrários, fazem ameaças de despedimentos. Muitos já andam para aí a dizer que não vão se mexer. Como responder a esta situação? Em primeiro lugar, não vamos aceitar os despedimentos. Os trabalhadores que tenham recebido ordem de despedimento vão ignorá-la. Apresentar-se-ão ao trabalho, normalmente. Cumprirão o horário de trabalho. Aliás, é isso que já têm feito. Ficará assim bem claro quem é que quer e quem é que não quer que se façam as sementeiras. Os lavradores não poderão desculpá- se, dizendo que não fazem as sementeiras porque não têm trabalhadores, porque estes não se apresentaram ao trabalho, etc. Nesse caso, o Governo não deixará de actuar com energia. Para a greve não vamos! — conclui o presidente do Sindicato.

—O vosso Sindicato é um Sindicato jovem mas, ao longo destes meses, tem colhido rica experiência. É positivo o balanço da sua actividade? —Sem dúvida nenhuma — respondem-nos sem hesitar. —O facto de termos conseguido organizar já grande parte dos trabalhadores de numerosos concelhos, em organismos de classe, defensores dos seus interesses, foi da maior importância para a nossa luta. Sem isso não teríamos alcançado o que alcançamos este Verão, apesar das manobras e ameaças dos agrários. A assinatura, pela primeira vez, de convenções colectivas de trabalho para os trabalhadores agrícolas podemos dizer que foi uma conquista histórica.

—Muitos agrários recusam-se (e alguns recusam-se ainda) a cumprir o que assinaram nas convenções. Como reagiram a isso? —Sim, muitos patrões, sobretudo nos concelhos da Vidigueira, Serpa e Beja, têm fugido a cumprir as convenções. Em muitas freguesias, as mulheres, por exemplo, não trabalham os 45 dias estabelecidos na convenção. Nestes casos temos intervenido directamente, falando em modos energéticos com os agrários e convencendo-os a pagar. Nalguns casos, isso bastou, não tendo sido necessário recorrer ao auxílio do Governo. Em casos de desemprego, os trabalhadores recusam-se a aceitar a ordem de despedimento dos patrões e continuam a apresentar-se ao trabalho. Apresentam queixa no Sindicato e este participa para a Inspecção do Trabalho. Muitos patrões têm sido obrigados a pagar as indemnizações. O Lima Faleiro, por exemplo, pagou já 19 contos a um trabalhador e 14 contos a outro. Estamos também obrigando os patrões a cumprir um decreto que está ainda em vigor (artigo 26 do Decreto-Lei n.º 23.048, de 23 de Setembro de 1933), que dá direito ao descanso semanal e que nunca foi aplicado até à assinatura, este ano, das convenções de trabalho. O nosso Sindicato está a exigir a reposição do dinheiro correspondente aos dias de descanso dos trabalhadores e que não foram pagos. O agrário Gomes Palma tem ao serviço um trabalhador com 54 anos de casa. Desde a saída desse decreto trabalhou 2100 domingos que não lhe foram pagos. O seu pagamento, de acordo com a lei (a dobrar) perfaz 63 contos. Esse mesmo patrão só em 12 trabalhadores (que despediu), em domingos trabalhados e não pagos, meteu ao bolso 330 contos. Tudo isto faz parte de processos que o Sindicato está a organizar. A recente portaria governamental sobre a regulamentação de trabalho vem dar-nos um grande apoio.

—Com o caderno reivindicativo aprovado na reunião do dia 15 de Setembro, por 116 delegados de 58 freguesias e que vai substituir as convenções, os trabalhadores, através do seu Sindicato, entram numa nova fase de luta.

—Sim, e para isso precisamos do apoio de todos. Val ser uma luta dura. Enviámos circulares a todos os jornais, à rádio e à televisão. Precisamos que nos apoiem, que denunciem as atitudes dos patrões, que divulguem as reivindicações dos trabalhadores.

Entre as reivindicações fundamentais ali levantadas, figuram: salários de 200\$00 para homens (tractoristas, limpadores, podadores, hortelões, enxertadores); de 170\$00 para maiores e restantes serviços; 260\$00 para tiradores de cortiça à faca e 360\$00 para os tiradores de cortiça amadia; 35\$00 à hora na apanha da azeitona; mulheres: 35\$00 à hora na azeitona e 130\$00 nos restantes trabalhos; horário de 8 horas; pagamento das horas extraordinárias com as respectivas percentagens; semana de 44 horas; domingos e feriados pagos, etc.

Como sublinhou o presidente do Sindicato, a luta vai ser dura. Estamos certos, porém, que apesar das grandes dificuldades com que vão deparar, apesar das manobras reaccionárias de toda a espécie que terão de enfrentar e combater, os trabalhadores agrícolas do distrito de Beja saberão unir-se mais e organizar-se ainda melhor para cortar o passo à reacção e conquistar a satisfação das suas justas reivindicações. O «Avante!» está convosco amigos!

MENSAGEM DA FRELIMO AO PCP

O Comité Central da Frelimo enviou ao Comité Central do PCP, a mensagem telegráfica que a seguir publicamos: «Agradecemos a vossa mensagem calorosa por ocasião do 25 de Setembro, dia da Revolução. O apoio das forças democráticas mundiais, incluindo o do povo português, nosso aliado natural, contribuiu poderosamente para a destruição do colonialismo e do fascismo no nosso país. Com a formação do Governo de transição desencadeamos um processo de extensão e consolidação do poder democrático popular em todo Moçambique. O desenvolvimento da amizade e da solidariedade com o vosso povo e com as forças democráticas portuguesas e o vosso partido é uma condição importante do sucesso. Alta consideração e saudações revolucionárias e fraternais. O Comité Central da Frelimo



Tem estado a actuar, em Lisboa, a 1.ª Orquestra Popular da Rádio e Televisão de Moscovo, dirigida pelos maestros Nicolai Nekrassov e Alexander Petujov. Esta orquestra é composta, na totalidade, por instrumentos populares e conta ainda com a participação de quatro solistas do teatro de Bolshoi. A antestreia do espectáculo foi oferecida às Forças Armadas. No final do espectáculo, soldados dos três ramos das Forças Armadas vieram ao palco oferecer flores aos artistas. Do repertório dos solistas fazem parte algumas canções populares portuguesas, cantadas em português, assim como uma orquestração de «Grândola, Vila Morena».

O POVO CONTRA A REACÇÃO

CONT. DA PAG. 1

Assim, nesse mesmo dia, em plenário da União dos Sindicatos do Norte, que engloba as União Sindicatos do Porto, Viana do Castelo, Braga, Castelo Branco, Coimbra e Aveiro, foi aprovada uma tomada de posição de repúdio contra a manifestação reaccionária, que veio a ser amplamente divulgada.

Batem-nos contra o fascismo durante 48 anos. Batemo-nos contra o Governo do patronato e dos exploradores. O 25 de Abril foi também obra dos metalúrgicos portugueses. Este é o início de um comunicado da Comissão Sindical dos Metalúrgicos do Porto, distribuído no dia 27. **«Não vamos agora permitir que a reacção ponha em perigo a democracia e as liberdades! Não vamos permitir que os reaccionários e os fascistas realizem em Lisboa uma manifestação que pretende fazer regressar o fascismo, a repressão e a desenfreada exploração dos trabalhadores portugueses.»**

O Sindicato dos Escritórios, o Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Têxteis definiram também, publicamente, a sua firme posição.

O Movimento Democrático das Mulheres do Porto, alarmado com o avanço das forças da reacção, alertou igualmente a população para o que se passava.

Não menos significativa foi a tomada de posição das direcções associativas de Medicina e Engenharia, do Instituto Industrial do Porto e de vários liceus.

Todas essas iniciativas de esclarecimento permitiram que, durante a noite o PCP, o PS e o MDP conseguissem mobilizar milhares de pessoas que se concentraram nos pontos estratégicos, a fim de impedir que as camionetas alçadas pelos provocadores fascistas passassem pelo Porto em direcção a Lisboa. O mesmo aconteceu em várias localidades, como Vila do Conde, e em todas as estradas do Norte. E a reacção não passou!

★ 100 000 pessoas nas ruas do Porto

Na noite de sábado, e magada a tentativa contra-revolucionária, respondendo a uma ampla convocação unitária, o povo do Porto participou em massa numa gigantesca manifestação, durante a qual o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas foi reafirmado com entusiasmo e clareza. Muitas dezenas de milhares de pessoas percorreram a Praça da Liberdade, a Avenida dos Aliados e a Praça do Município, onde se realizou um comício.



A concentração de apoio ao MFA na Marinha Grande

No início desse grandioso acto público a massa, que a todo o momento gritava em coro «Elogios patrióticos», cantou o «Avante Camaradas». Na mesa da presidência tomaram lugar: os camaradas Carlos Costa, Jorge Araújo, José Carlos Almeida, Margarida Tenreiro e José Bernardino, pelo Partido Comunista; Horácio Guimarães, José Garrett, Dantas Ferreira, Sousa Ferreira e Nozes Pires, pelo MDP; e José Luís Nunes, Carlos Lago, Fernando Azevedo, Fernando Almeida,

balhadoras, do Povo Português, com vista a garantir e a defender as actuais liberdades democráticas e a prosseguir na luta por objectivos mais importantes.

★ Carlos Costa: Confiança na vitória e confiança no Povo!

Falou, seguidamente, o nosso camarada Carlos Costa, membro do Comité Central do PCP. Eis, na íntegra, o texto do seu discurso: **POVO DO PORTO! CAMARADAS E COMPANHEIROS!** Uma dura prova está vindo do nosso povo. Uma vasta e bem organizada acção contra-revolucionária foi desencadeada pelas forças da reacção e do fascismo, visando as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas, obstruindo o processo democrático e a descolonização, atentando contra o Governo Provisório e abrindo caminho ao regresso do fascismo.

Todos conhecéis como o Partido Comunista Português e os seus militantes continuamente vos alertaram e informaram da amplitude da acção contra-revolucionária, em que se aliou a preparação de uma manifestação — feita com tentativa aberta de golpe de Estado — uma e outra ligadas em cuidadosa planificação. Desta rude prova, saíram uma vez mais vitoriosas as forças populares e democráticas e o Movimento das Forças Armadas. Aqui, nesta mesma praça, o nosso Partido Comunista vos chamou a manifestar o vosso apoio ao Movimento das Forças Armadas. Não vos enganamos, nem nos enganamos.

O Movimento das Forças Armadas demonstrou, corajosamente, ser digno da nossa confiança e conseguiu dominar uma situação difícil e complexa, continuando a ser garantido o processo de democratização em curso. Mais: o Movimento tem apenas força para conter as forças da reacção, provou que tem força suficiente para as eliminar da cena política portuguesa.

A vitória, difícil, pertence ao nosso povo, às forças democráticas e populares. Sem a acção de vigilância e pronta reacção das massas populares, estreitamente aliadas ao MFA, sem a massiva e

Creemos ser tempo de impedir as manobras dos que visam a dissolução do Movimento das Forças Armadas, o qual, uma vez mais, demonstrou que não pode ser destruído. Creemos ser tempo de fazer calar as vozes dos inimigos da democracia, da coexistência anti-comunista e antipopular.

As forças democráticas do Norte do País, as Forças Armadas patrióticas fizeram nesta conjuntura uma acção determinante. As sucessivas barreiras levantadas aos fascistas ou àquelles que voluntariamente os seguiram impediram o recurso aos caminhos-de-ferro e deixaram nas bermas das estradas dezenas de camionetas de manifestantes «spontâneos», que

«Fascista, escuta: o povo está em luta!»

pensação, decerto, melhor antes de novas e perigosas aventuras.

A adesão geral do povo aos apelos do Partido Comunista Português, do Partido Socialista e do MDP foi sinal evidente de como as massas populares compreenderam o significado da manifestação contra-revolucionária e a importância do seu papel para lhe pôr cobro. Compreenderam ainda a importância da cooperação com as Forças Armadas mesmo nos raros casos em que forças policiais pretenderam agir contra a muralha humana que o povo erguia à reacção e contra o espírito das ordens emanadas do Movimento das Forças Armadas.

Povo do Porto! Temos razões para ter confiança na vitória. Temos razão para pensar que a unidade de todos os portugueses que amam a sua Pátria, que a querem liberta da opressão aos povos coloniais e liberta, ela mesma, do imperialismo, saiu ainda mais forte e actuante. Temos razão para confiar no nosso povo.

Esta é a palavra de um Partido caldeado na longa e dolorosa luta contra o fascismo, do Partido da classe operária e dos trabalhadores.

Confiança e vigilância. Vigila-

ção de unidade e sentido patriótico, enquanto as bandeiras verde-ruibras e as bandeiras do PCP, do PS e de outras organizações democráticas, tremulavam ao vento. Cartazes e disticos das fábricas, dos sindicatos, do MUT destacavam-se sobre o mar de cabeças.

Em Guimarães foram 6000 pessoas, na Fátima do Varzim 5000, em Famalicão 3000, na Covilhã mais de 5000.

Em Braga uma densa multidão concentrou-se na Avenida Central e imediatamente foi improvisado um comício em que intervieram representantes do PCP, do PS, do MDP e da União dos Sindicatos locais.

Em Coimbra mais de 10 000 pessoas compareceram ao apelo unitário

de unidade e sentido patriótico, enquanto as bandeiras verde-ruibras e as bandeiras do PCP, do PS e de outras organizações democráticas, tremulavam ao vento. Cartazes e disticos das fábricas, dos sindicatos, do MUT destacavam-se sobre o mar de cabeças.

★ A festa do Povo no Alentejo e no Algarve

No Alentejo e no Algarve a explosão da alegria popular foi impressionante. Também ali, o povo mostrou a sua força, a sua integração na vida política, a sua consciência actuante, a sua vigilância patriótica, a sua combatividade.

Em Beja, a Praça da República foi o centro de irradiação, a praça-

forte onde na tarde de 30 de Setembro o povo se concentrou para celebrar a vitória das Forças Armadas e das massas populares unidas numa batalha comum.

«Oito mil e dez mil manifestantes, cadenciando as palavras de ordem do momento: «Fascista, escuta o povo está em luta»; «A reacção não passará!».

Beja vem do fundo da noite fascista erguendo o estandarte da liberdade. Agora segura-o com a alegria no coração e lágrimas nos olhos.

A Praça da República regurgitou de gente, de bandeiras nacionais e do PCP, de cartazes e de disticos saudando a vitória histórica que o Povo e as Forças Armadas impuseram à reacção.

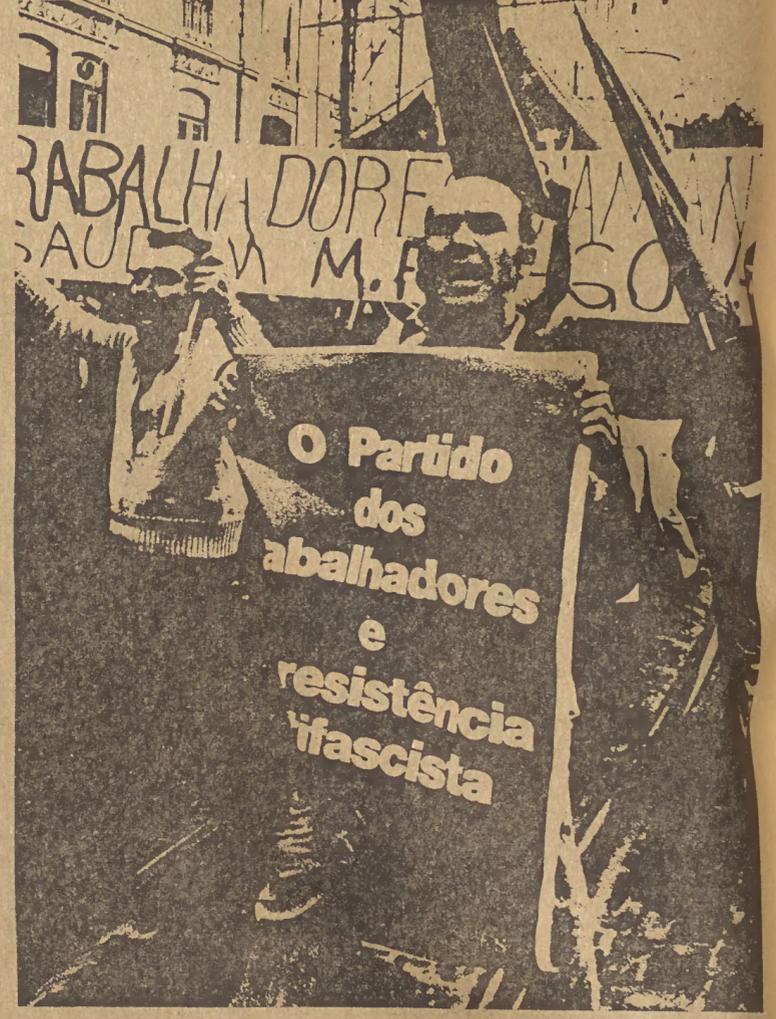
No comício usaram da palavra o representante do MDP, José Rocha, que aludiu ao significado do acto, os representantes do PS, PPD, MES, que saudaram o êxito obtido e, por fim, o camarada António Gonçalves, da Direcção da Organização Regional do Alentejo e Algarve, que analisou o significado do 25 de Abril e as manobras da reacção fascista, as suas desesperadas tentativas para reconquistar o Poder.

Os manifestantes percorreram as várias ruas da cidade, aclamando o MFA, o Presidente da República, o Chefe do Governo, a quem foram enviados telegramas aprovados por aclamação no grande comício popular. Em Aljustrel realizou-se um outro comício no Largo da Feira, diante do Sindicato dos Mineiros, que reuniu 4000 pessoas. Uma imponente manifestação percorreu as ruas da vila. A alegria estufante da vitória viveu em milhares de vozes.

Pias viveu a rua. Viveu igualmente horas inesquecíveis. Foram 2500 pessoas — quase toda a população — que participaram na manifestação e aprovaram moções de apoio.

Em Moura estiveram presentes 2000 pessoas. Falou um trabalhador rural.

Em Aldeia Nova de S. Bento houve 2000 pessoas na rua. Em Ferreira do Alentejo 1800, que participaram num comício, no qual usou da palavra o camarada Amélia, da Comissão Concelhia do PCP. Em Ficalho, Odemira, Amareleja e outras



«Elogios» alusivos à sua aliança com as massas populares.

★ A Marinha Grande na batalha

A Marinha Grande também viveu com entusiasmo a vitória que as massas populares e o MFA alcançaram contra a reacção. Mais de 7000 pessoas assistiram a um comício organizado pelo PCP. Estavam presentes representantes das comissões de Leiria, Caldas da Rainha, Alcobaça, Mira de Aire, Ansião, Peniche, Valado e Alenquer.

Usaram da palavra os camaradas Osvaldo Castro, da DOROR; Joaquim Saraiva, da comissão concelhia do PCP; Joaquim Carrreira, da DOROR; Maria da Piedade Gomes e Manuel Baridó. Em nome da comissão executiva do MDP da Marinha Grande, Henrique Neto saudou o PCP, o Movimento Democrático de Mulheres e o MUT. Por último, falou o camarada Joaquim Gomes, membro do CC do PCP. Depois de salientar que trazia mais uma vez para os trabalhadores da Marinha Grande a saudação fraterna do Comité Central do PCP, usou uma mensagem do camarada Álvaro Cunha, impedido de comparecer pelos acontecimentos do dia.

«A noite de 27 — disse — foi a

razão — disse — para estar satisfeitos. A vitória alcançada e uma esplêndida vitória sobre os fascistas e reaccionários, sobre si próprios sem cráspulos que se preparavam para repetir em Portugal a onda de sangue e de crimes que varrou o Chile com o golpe de 11 de Setembro.

«A reacção não passou. Não passará.» Mas, não nos devemos contentar com os êxitos alcançados. O inimigo não renunciou, ainda, nem renunciará facilmente às tentativas de recuperar o Poder perdido; Poder de exploradores do povo, de estragadores da liberdade, poder sinistro, que se voltasse a estabelecer-se no País seria mil vezes mais brutal e sangüinário.

«Democratizar o País significa saquear dos fascistas e reaccionários que se encontram ainda no aparelho do Estado e em postos-chaves. Significa devolver ao povo o direito de viver em paz, sem miséria, sem opressão. Significa realizar o Programa das Forças Armadas e assegurar-lhe continuidade.»

★ O Ribatejo vigilante

Na impossibilidade de relatar, por falta de espaço, o que se passou nas dezenas de comícios de vigilância popular efectuados na noite anterior à intenção fascista, apresentamos, a seguir, um breve resumo das afirm-

significado histórico e abriram a todo o nosso Povo o caminho para uma vida livre e próspera.

E, a finalizar, afirmou:

«O fundamental na actual fase da luta é consolidar e fazer avançar o processo de democratização e de descolonização. É uma luta que continua a implicar sacrifícios, mas a liberdade também tem preço, um preço bastante elevado, e que ao Povo Português custou dezenas de anos a conquistar.

Em Alverca 3000 pessoas estiveram presentes. A atmosfera era especialíssima, carregada de energia combativa, pois tinha principiado a mobilização das piquetes para articular a manifestação da «maria silenciosa», como primeiro passo para o desmantelamento da conspiração fascista.

«A reacção não passará!» — era o grite que enchia o campo do Futebol Club de Alverca, onde fluíam as bandeiras portuguesas e do PCP e disticos das células comunistas das CGMA, MAGUE, de Arcene, Sobralinho e da própria Alverca.

Usaram da palavra sucessivamente: um camarada do secretariado da célula da MAGUE, um representante do PS, outro da CDE e outro do MUT e ainda uma representante do MDMP; um camarada da célula da OGM e a finalizar, o director do «Avante!», António Dias Lourenço, antigo operário metalúrgico das OGM, que acentuou a urgência de se fazer frente às tentativas de assalto da reacção e desmascarar o carácter fascista e conspiratório da projectada e abortada manifestação — e Belém da falsa «maria silenciosa», que outra coisa não era, afinal, que uma tentativa de golpe de Estado para liquidar as conquistas do 25 de Abril e o MFA.

Estamos — acentuou — num momento crucial em que as forças reaccionárias ameaçam o regime democrático que estamos construindo em Portugal, forças que seremos capazes de derrotar de novo se a vigilância popular se mantiver bem viva e as massas populares e o MFA defenderem e robustecerem a sua aliança.

O comício terminou com manifestações de confiança no Partido, na unidade democrática e no MFA.

A zona Industrial de Algueirão-Mem Martins viveu também em vigília febril as horas que precederam a derrota da conspiração fascista. Um público entusiasmado, vigilante e que deixava transparecer o seu espírito de luta encheu o cinema Daiva para ser esclarecido sobre a grave situação que o País enfrenta. Falaram sucessivamente o camarada A. Colaço, um membro da Comissão Concelhia de Mem Martins, um representante dos trabalhadores da Fábrica Hoechst, uma delegada das mulheres comunistas da zona e, os camaradas Artur Lino e Hipólito dos Santos do Comité Regional dos concelhos ocidentais de Lisboa. Por último, usou da palavra o camarada Pedro Soares.

Disse ele:

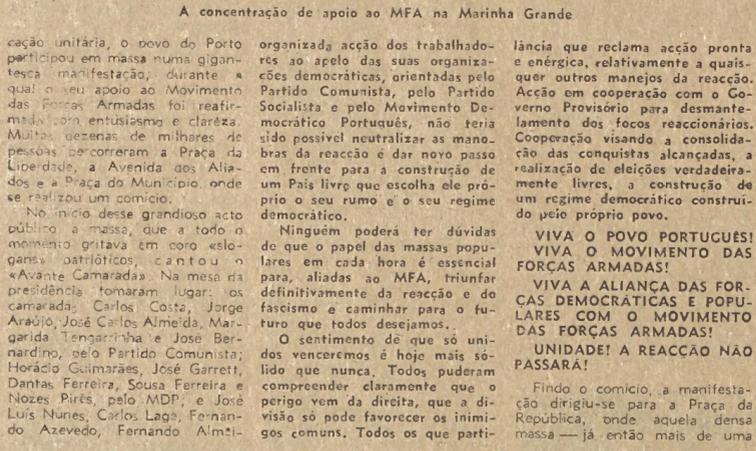
A reacção prepara-se para apunhalar pelas costas as conquistas alcançadas pelo Povo Português.

Neste momento em todo o País as massas populares montam a guarda para defender as conquistas do 25 de Abril.

E, mais adiante, afirmou: A reacção não conta nem pode contar com o apoio do Povo nem com a adesão das Forças Armadas.

Apesar dos perigos da situação temos razão para confiar. O movimento popular e antifascista está em marcha. Sente-se hoje, em horas de decisão, a sua força e a sua confiança. As forças reaccionárias não são capazes de deter. Provam-no os factos.

O Movimento das Forças Armadas mais uma vez se colocou ao lado do Povo. Essa unidade decidida de forma vitoriosa os nossos destinos, os destinos do Povo e da Democracia em Portugal.



«A reacção não passou, a reacção não passará!»

da, Tavares de Moura e Manuela Vilar, pelo Partido Socialista; e ainda Oscar Lopes e Virgínia Moura.

José Luís Nunes frisou: **Estamos todos unidos, mesmo aqueles que, por oportunismo ingénuo ou incapacidade de estar presentes em corpo, estão ao menos em espírito.** E terminou a sua intervenção, dizendo: Vitória, pois, da ordem sobre a desordem, porque a vitória da paz sobre a violência, porque a violência não é fascista; é uma vitória sobre o ódio, porque o ódio não é fascista.

Em nome do Movimento Democrático do Porto, o seu representante Nozes Pires fez uma aturada análise da actual situação política, vitoreando o Movimento das Forças Armadas e apelando para a vigilância das massas tra-

organizadas acção dos trabalhadores ao apelo das suas organizações democráticas, orientadas pelo Partido Comunista, pelo Partido Socialista e pelo Movimento Democrático Português, não teria sido possível neutralizar as manobras da reacção e dar novo passo em frente para a construção de um País livre que escolha ele próprio o seu rumo e o seu regime democrático.

Ninguém poderá ter dúvidas de que o papel das massas populares em cada hora é essencial para, aliadas ao MFA, triunfar definitivamente da reacção e do fascismo e caminhar para o futuro que todos desejamos.

O sentimento de que os nossos venceremos é hoje mais sólido que nunca. Todos puderam compreender claramente que o perigo vem da direita, que a divisão só pode favorecer os inimigos comuns. Todos os que parti-

lância que reclama acção pronta e enérgica, relativamente a quaisquer outros maneios da reacção. Acção em cooperação com o Governo Provisório para desmantelamento dos focos reaccionários. Cooperação visando a consolidação das conquistas alcançadas, a realização de eleições verdadeiramente livres, a construção de um regime democrático construído pelo próprio povo.

VIVA O POVO PORTUGUÊS! VIVA O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS!

VIVA A ALIANÇA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES COM O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS!

UNIDADE! A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

Fim do comício, a manifestação dirigiu-se para a Praça da República, onde aquela densa massa — já então mais de uma

força do povo, e a sua integração na vida política, a sua consciência actuante, a sua vigilância patriótica, a sua noção da realidade. Dessa realidade nascida na noite fascista e que se fez madrugada e se fez dia a 25 de Abril. Setúbal, a Setúbal popular e democrática foi uma das cidades que festejaram mais ruidosamente a derrota da intenção fascista. Em hora e mais, 10 000 pessoas — operários, pescadores, empregados, estudantes — responderam à convocação do PCP, do MDP e da Comissão Coordenadora dos Sindicatos da cidade, que recebeu a adesão do PS, do MUT, do MDMP, do PPD e o patrocínio da Câmara Municipal. Durante o comício, realizado na Praça do Bocage, e presidido pelo governador civil do distrito, a massa aclamou insistentemente o nome do Presidente Costa Gomes, do Primeiro-Ministro, enquanto em coro o «Elogio» «Unidade do povo com o MFA».

«Podemos dizer — afirmou o camarada Carlos Domingos — que o Povo Português matou, à nascença,

localidades, o Povo manifestou igualmente o seu profundo gozo.

Em Évora a manifestação popular contou com a presença da banda da Escola de Amadores de Música, que seguiu atrás da fila dos representantes dos partidos políticos e organizações que se integraram na grande manifestação popular: PCP, MDP, MDMP, PS, MES, MUT, estudantes do Instituto Superior de Economia. Bandeiras nacionais e bandeiras vermelhas. Cartazes alusivos à jornada comemorativa. Disticos e punhos erguidos exprimindo a força do Povo.

Em Montemor-o-Novo realizou-se uma outra grande manifestação, no Largo dos Paços do Concelho, em frente do edifício da Câmara Municipal. Um mar de gente. Uma só força, a força do povo unido.

Em Avis e em Mora tiveram lugar manifestações que mobilizaram milhares de pessoas.

No Algarve, a comemoração da derrota da conspiração fascista empolgou o povo. Alta madrugada, nas cidades, nas vilas, nos campos, o povo festejava ainda a vitória. De barlavento a sotavento, a província celebrou, em comícios patrióticos, o esmagamento da reacção. Segundo os nossos correspondentes, em Portimão compareceram 6000 pessoas; em Lagos, 2000; em Algezur, 800; em Silves, 2000; em Tavira, 3000; em Lagos, 2000.

O comício de Faro, no dia 1.º, igualmente em vibração e de Portimão. A concentração fez-se em frente do Governo Civil. O governador Luís Filipe Madeira apareceu à janela, acompanhado pelo coronel Hugo Rodrigues da Silva, comandante do Regimento de Infantaria 4, e pelo presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal, Frei. Um dos momentos mais emocionantes da tarde. O povo aplaudiu, prolongadamente, o MFA, repetindo em coro

«Os 10 000 patriotas desfilaram, depois do comício, pela Avenida Luís Todi até ao Regimento de Infantaria 11, onde vitorearam, mais uma vez, o presidente Costa Gomes, o brigadeiro Vasco Gonçalves e o MFA. Visivelmente emocionado, o comandante agradeceu aos manifestantes e afirmou-lhes que o Regimento de Infantaria 11 estava ao lado do povo de Setúbal.

★ Extraordinária euforia do Minho a Aveiro

Sem viagens pagas nem consciências compradas, centenas de milhares de pessoas, apesar de convocadas à última hora e sem a possibilidade de cooperação dos órgãos de comunicação social, demonstraram em to-

A MAIORIA NÃO É SILENCIOSA

EM LISBOA MAIS DE CEM MIL PESSOAS REAFIRMARAM O SEU APOIO AO MFA

A maioria não é silenciosa demonstrou-o o Povo de Lisboa durante a manifestação de segunda-feira passada, de apoio ao Movimento das Forças Armadas, ao Governo Provisório e ao novo Presidente da República, general Costa Gomes.

reacção ou de apoio ao MFA e ao Governo Provisório. Dentro de pouco tempo já a praça se encontrava submersa pela enorme multidão que, apesar de tudo, continuava a acorrer, obrigando as pessoas a estenderem-se pela Calçada da Estrela, Rua de S. Bento e Avenida D. Carlos.

no da capital), o percurso efectuou-se sem qualquer incidente, revelador da consciência do Povo, que, ao contrário do que afirmavam os fascistas, tem dado provas suficientes de que sabe viver em liberdade.

da vitória. O mar de gente avançou sempre. Poucos foram os que desistiram. Saídos de S. Bento por volta das 20 horas, os manifestantes chegaram a Belém duas horas depois, onde se encontravam já cerca de cinco mil pessoas, que cantavam e gritavam numa alegria incontrolada, repetindo por diversas vezes: «Ninguém nos pagou, viemos de vontade».

Duas palavras

Dez minutos depois de chegar à Praça Afonso de Albuquerque, o grosso da coluna, o Presidente da República e membros do Governo Provisório e da Comissão Coordenadora do Programa do Movimento das Forças Armadas apareceram no varandim do jardim do palácio, sendo recebidos em delírio pela multidão, que exclamava «Vitória, Vitória».

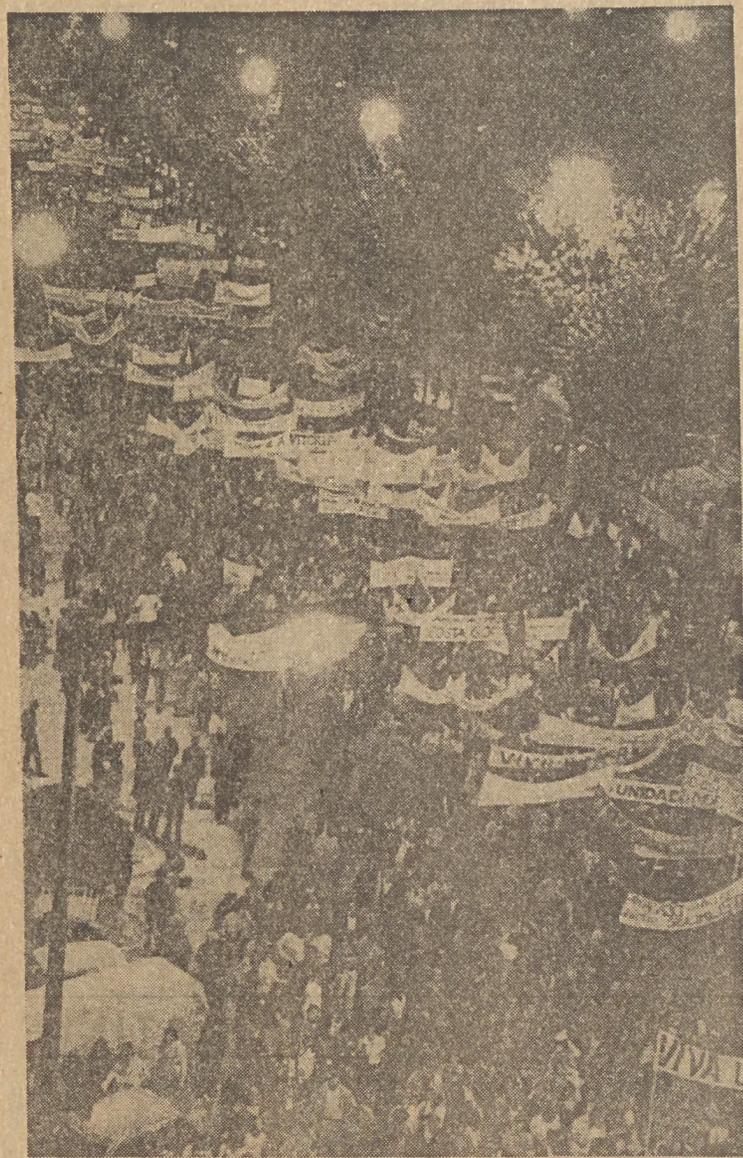
Vivamente emocionado, o general Costa Gomes aguardou algum tempo antes que o silêncio pousasse sobre a Praça.

Meus amigos — começou por dizer o Presidente da República — apenas vos quero dirigir duas palavras. As primeiras são de agradecimento por todo o apoio que a população portuguesa nos deu nestes dias que acabam de passar e em que esteve em perigo o Movimento e o Regime implantado em 25 de Abril. Em meu nome e no do Movimento das Forças Armadas, o meu muito obrigado.

Perante a emoção incontrolável que se seguiu com a multidão aplaudindo insistentemente, o general Costa Gomes se pretendia continuar a sua mensagem não o conseguindo.

Em coro, a multidão entoou o Hino Nacional. Os nomes dos brigadeiros Vasco Gonçalves e Otelo de Carvalho ecoaram insistentemente na mole imensa que na sua presença os queria vitoriosos. À sua ausência resultou do trabalho incansável que estas duas personagens tinham de assegurar. O primeiro encontrava-se já em S. Bento e o segundo regressara ao COPCON.

Dia 30 de Setembro — mais de cem mil pessoas afirmaram com a sua presença: «A reacção não passou!» Com mil pessoas, a que se junta-



O impressionante cortejo que percorreu a cidade

UNIDADE SINDICAL

UM MARCO NA CONSOLIDAÇÃO DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

Os últimos cinco dias de Setembro são um marco solidamente implantado na consolidação

Contando já com mais de 2 milhões de trabalhadores filiados, a Intersindical Nacional, que

um regime verdadeiramente democrático em Portugal — uma democracia verdadeira porque verdadeiramente ao serviço do Povo.

É isto que parece não querem entender os que defendem o apolitismo dos sindicatos. Os sindicatos não poderão ser apolíticos, como não é apolítico o Movimento das Forças Armadas. A independência perante os partidos não pode nunca significar a recusa em seguir uma política justa, que deve ser explicada constantemente a todos os trabalhadores, procurando que a sigam, não só como sindicalizados, mas como cidadãos intervenientes na vida política do seu país.

As massivas manifestações de apoio ao MFA, ao novo Presidente da República, general Costa Gomes e ao Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, servem de complemento perfeito a uma actuação que deixaria estupefacto um observador que não conhecesse bem a realidade nacional. Desautorizando por completo qualquer interpretação que apresentasse o caos económico, a anarquia social e a recusa ao trabalho como perigos a temer no nosso país, herdeiro do fascismo, as massas trabalhadoras, numa espantosa manifestação de unidade e de luta por posições correctas, deram bem a medida do seu empenho total na liquidação completa do fascismo e na construção do edifício democrático que passa pela luta activa e diária contra a reacção onde quer que ela se manifeste e tente erguer a cabeça.

Servindo os mais legítimos interesses do País e do Povo Português, a organização sindical no seu conjunto demonstrou que, mesmo utilizando os processos mais criminosos, os métodos mais caros à defesa do colonialismo, do fascismo e do imperialismo, a REACÇÃO NÃO PASSARÁ, como conscientemente repetem e fazem ecoar bem alto os trabalhadores portugueses.

«Soldado amigo: o povo está contigo!»

ráo muitas centenas de milhares para dizer no futuro, se for caso disso, que a reacção não passará.

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. A demissão do Presidente da República, general António de Spínola, é a conclusão lógica da crise política dos últimos dias.

Com o completo fracasso da manobra da chamada «maioria silenciosa», na Praça do Império, com a desarticulação das redes contra-revolucionárias, com as quais estavam comprometidas, directa ou indirectamente, figuras do antigo regime, do mundo financeiro e do actual aparelho de Estado, o Movimento das Forças Armadas e das forças democráticas e populares, cuja intervenção em massa teve decisivo papel na evolução da crise — tornava-se insustentável a presença do senhor general Spínola à frente dos destinos do País.

Em bora lamentando mais esta perturbação nas actuais estruturas do Estado, o Partido Comunista Português considera a demissão do general Spínola como um facto positivo, que clarifica a situação política e cria condições para o progresso do curso da democratização e da descolonização.

2. A extraordinária vitória que acaba de ser alcançada pelas forças da democracia, da paz e do progresso social não deve levar de forma alguma ao arbrandamento da acção e da vigilância. O fascismo e a reacção foram batidos, mas não estão ainda definitivamente mortos. Tudo fará para atingir a actual situação democrática. Apesar de dominada a crise, a situação comporta ainda sérios riscos. Impõe-se a continuação da vigilância, um mais profundo

saneamento do aparelho de Estado, a interdição de actividades fascistas, medidas severas contra os conspiradores.

Do mesmo tempo, na aplicação do Programa do Movimento das Forças Armadas, urge que o Governo Provisório adopte medidas de emergência, até hoje entravadas por resistências conservadoras e reacçãoárias, para instituir um regime de liberdade e fazer respeitar a ordem democrática, e estimular a economia e a produção, para resolver os problemas sociais mais prementes, para prosseguir a descolonização, para desenvolver amplamente as relações de amizade e cooperação com todos os países.

3. Desta prova saem robustecidas as forças populares e o MFA. A aliança entre o movimento popular e o Movimento das Forças Armadas sal consagrada pela luta comum que permitiu fazer fracassar a tentativa contra-revolucionária. Surgiram novos factores favoráveis à unidade das forças democráticas.

O Povo Português, erguido em defesa da liberdade, mostrou, uma vez mais, a sua determinação em assegurar um futuro melhor. Novas e favoráveis perspectivas estão abertas para a preparação das eleições livres para a Assembleia Constituinte e para a construção de um Portugal democrático, pacífico, próspero e independente, escolhido pelo próprio Povo.

30 de Setembro de 1974
A Comissão Política do CC do PCP

«Unidade povo — MFA!»

sua intenção de não permitir que a reacção regressasse, reafirmando o seu desejo que o processo de democratização expresso no Programa do MFA decorra sem desvios. A manifestação foi a prova de que a esmagadora maioria da população defenderá, custe o que custar, a liberdade obtida no dia 25 de Abril através da acção das Forças Armadas.

primeiros grupos de trabalhadores, ostentando cartazes onde se liam frases contra a

da democratização. A concentração de S. Bento não é mais do que um grito espontâneo



Durante o caminho para Belém

ERAM MAIS DE 5000 EM ALPIARÇA

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

A noite tinha sido de vigília. Mais de 100 pessoas autoconstituíram-se em piquetes de vigilância na noite de 27 para 28 de Setembro, véspera da anunciada manifestação da MINORIA FASCISTA, por si própria denominada «maioria silenciosa».

Já durante o dia 27 se viam grandes cartazes nas ruas dizendo «A REACÇÃO NÃO PASSARÁ».

O povo desta vila, duramente martirizado durante o reinado fascista, não está disposto a perder as liberdades obtidas com o 25 de Abril. O povo, no seu conjunto, apoia o Programa do MFA e tudo fará para ajudar à democratização do nosso país.

Mas não foram só os 100 dos piquetes que se mantiveram alerta. Durante toda a noite, muitas pessoas levaram àqueles o calor da sua presença e lhes fizeram chegar bolachas, café e outras bebidas.

É mal despontou o dia, irmanados numa mesma determinação, certos de que o pensamento era comum, as palavras de ordem surgiram no ar: «HOJE NINGUÉM TRABALHA!», «HOJE É DIA DE FESTA!», «MANIFESTAÇÃO DE RUA!» E esta foi marcada para as 14 horas, com concentração junto do mercado municipal. Às 14 e 30, aos gritos de MFA, MFA, MFA, bandeiras nacionais e do Partido a flutuar, cartazes

de um povo que repudia a repressão em que viveu durante meio século, a sua maneira de dizer não a manobras que perigam a liberdade.

S. Bento, naquela tarde, era indescritível. Impressionante mesmo. Até a própria desorganização que por vezes reinava quanto às palavras de ordem que se gritavam demonstra a espontaneidade do apoio.

«Soldado amigo, o povo está contigo», «a reacção não passou, a reacção não passará», «viva o MFA» e «morte à CIA» foram algumas das palavras de ordem que mais se fizeram ouvir.

Já os candeeiros iluminavam a cidade e ainda numerosos grupos de manifestantes continuavam a acorrer a S. Bento. Pelas oito horas, quando se falava já de caminhar até Belém, José Manuel Tengarrinha surgiu à varanda do edifício e, depois de acentuar a grande vitória na determinação de vencer a reacção fascista, para o que tinha contribuído a grande consciência das Forças Armadas e a firmeza do Povo, «unidos revolucionariamente na acção», informou as massas de que a manifestação iria prosseguir até Belém, onde se encontrava o general Costa Gomes.

serão possíveis manobras fascistas semelhantes as dos últimos dias. O mito da «maioria silenciosa» desleza-se — a realidade é a existência de uma minoria, que durante dezenas de anos oprimiu o Povo português e procurava agora, utilizando todos os subterfúgios, recuperar a situação de predominio. O pesoado das carantinhas com que se pretendia cobrir as ruas do País está ultrapassado. Mais do que um mau momento foi a possibilidade de reforçar a unidade entre as forças democráticas e o MFA. Ideia que os manifestantes reconheceram ser a via possível quando gritaram repetidamente «unidade caminho

de um povo que repudia a repressão em que viveu durante meio século, a sua maneira de dizer não a manobras que perigam a liberdade.

Já os candeeiros iluminavam a cidade e ainda numerosos grupos de manifestantes continuavam a acorrer a S. Bento. Pelas oito horas, quando se falava já de caminhar até Belém, José Manuel Tengarrinha surgiu à varanda do edifício e, depois de acentuar a grande vitória na determinação de vencer a reacção fascista, para o que tinha contribuído a grande consciência das Forças Armadas e a firmeza do Povo, «unidos revolucionariamente na acção», informou as massas de que a manifestação iria prosseguir até Belém, onde se encontrava o general Costa Gomes.

Ninguém nos pagou Viemos de vontade

Sem qualquer hesitação, a multidão iniciou a marcha para o Palácio de Belém. A frente da coluna, a bandeira nacional rodeada pelos símbolos dos partidos. Numa lila que se prolongava por quatro quilómetros (quatro quilómetros de apoio ao MFA, como noticiava um vesperti-



A manifestação frente ao Palácio de S. Bento

Comarada: lê e difunde o AVANTE!
Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

«RUMO À VITÓRIA» PREÇO: 65\$00
ALVARO CUNHAL
Desejo que me enviem exemplares do livro «Rumo à Vitória — as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional».
NOME
..... PROFISSÃO
MORADA
Recorte e envie para JORNAL «A OPINIÃO» — R de Serpe Pinto, 162 — PORTO
Para evitar despesas de cobrança agradecemos que o pedido seja acompanhado da importância respectiva.

O aniversário da fundação da RDA

25 ANOS DE TRABALHO VITORIOSO PELOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

No próximo dia 7, os trabalhadores do nosso país comemoram o 25.º aniversário da fundação do seu Estado socialista, a República Democrática Alemã. Juntamente com eles, os trabalhadores de todo o mundo consideram este aniversário como uma ocasião para destacar o alcance histórico da existência do nosso estado operário e camponês no coração da Europa. Isto compreende-se: Outubro de 1949 marca uma transformação na história do povo alemão e de toda a Europa.

A RDA surgiu e desenvolveu-se como um Estado no qual a classe operária, em aliança com os camponeses e restantes camadas trabalhadoras do povo exerce o poder político e leva a cabo com êxito a construção da sociedade socialista. Tal como a história do poder soviético após a Revolução Socialista de Outubro e o desenvolvimento impressionante de outros Estados da comunidade socialista, também os 25 anos de existência da RDA são provas indiscutíveis da superioridade do socialismo sobre o sistema capitalista de exploração, de crises e hostilidade frente ao homem.

Particularmente evidentes são as vantagens do socialismo na produção de bens materiais, que é a base de todo o desenvolvimento social. Na economia planificada socialista da RDA, na qual os meios de produção são propriedade social, aumentou, nos 25 anos decorridos, em

mais de 5 vezes e meia a renda nacional, mantendo-se quase igual o número de trabalhadores na produção. Um ritmo de crescimento tão elevado e contínuo da renda nacional não foi conseguido por alguns Estados capitalistas desenvolvidos como os EEUU, Grã-Bretanha e RFA, nem sequer nos períodos mais altos

histórica de estruturação da sociedade socialista avançada: consiste no posterior aumento do nível de vida material e cultural do povo na base de um elevado ritmo de desenvolvimento da produção socialista do progresso científico e técnico e do crescimento da produtividade do trabalho. Orientando-se nesta tarefa fundamental, os sindicatos participam no estabelecimento dos planos da economia nacional e organizam a iniciativa das massas para o cumprimento das tarefas do plano. E uma conquista da democracia socialista o facto dos planos económicos anuais

serem discutidos publicamente nas reuniões sindicais e só sejam aprovados pelos organismos económicos superiores quando se conhece o parecer favorável dos sindicatos ou dos dirigentes sindicais. Em muitos casos, a discussão democrática dos objectivos do plano conduzem a propostas e compromissos para a superação das tarefas estatais previstas e, com isso, ao estabelecimento de novos planos. Este ano, as organizações sindicais de muitas empresas industriais tomaram a seu cargo o compromisso de ultrapassar as tarefas nacionais da produção industrial.

Este movimento nada mais é do que a concretização da emulação socialista, na qual participa a maioria dos operários e técnicos. A emulação socialista estimula a nova atitude socialista perante o trabalho e a propriedade do povo promove o espírito criativo

Na solidariedade fraternal encontram-se, lado a lado todos os povos, e movimentos que erguem corajosamente a bandeira da luta anti-imperialista. As forças progressistas e amantes da Paz de todo o mundo podem estar confiantes de que os trabalhadores da RDA se contam, em cada momento, entre os seus aliados mais seguros.

(Para o «Avante!» da Panorama DDR.)

Por HERBERT WARNKE

membro do Bureau Político do PSUA e presidente do Comité Confederal Nacional da FDGB



Herbert Warnke

da sua economia. As crises, com as suas graves consequências para a situação dos trabalhadores, como a que se verifica precisamente na actualidade, nos países capitalistas, são desconhecidas na socialista RDA.

No nosso país, os frutos dos êxitos da economia nacional encontram-se em melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Mantendo-se estáveis os preços dos artigos de amplo consumo e serviços, quase que triplicaram as receitas dos operários e empregados desde a fundação da RDA, numa média de 290 marcos mensais em 1949 para 835 marcos em 1973. Foram reduzidas, por várias vezes, as horas de trabalho sem diminuição do salário aos operários e aumentaram as horas livres para os trabalhadores através da introdução da semana de 5 dias e o aumento das férias mínimas anuais. Foram também consideravelmente desenvolvidos os serviços sociais prestados pelo Estado à custa dos fundos sociais de consumo, destinados a melhorar continuamente as condições de vida e de trabalho dos cidadãos.

Os sindicatos desempenham um importante papel na vida social do nosso país. A Confederação dos Sindicatos Livres Alemães (FDGB) conta

com 7 800 000 de filiados e é a organização sindical unificada da classe operária. Com plena razão, Erich Honnecker, primeiro secretário do Partido Socialista Unificado da Alemanha pode constatar, no VIII Congresso do PSUA, que a classe operária exerce a sua influência como classe dirigente em grande parte com a ajuda dos sindicatos, na vida sindical. De acordo com a constituição do Estado alemão os sindicatos têm direito a uma ampla participação na vida do Estado, na economia e na sociedade. Possuem, além disso, o direito de submeter à sua consideração qualquer projecto-lei. O Código do Trabalho assim como outras regulamentações legais importantes para a vida dos trabalhadores, apoiam-se na iniciativa dos sindicatos.

Desde a realização do VIII Congresso do PSUA, há três anos, até agora prepararam-se amplas medidas económicas e sociopolíticas sob a colaboração activa dos sindicatos e postas em vigor na base de resoluções comuns do Comité Central do PSUA, do Conselho de Ministros da RDA e do Comité Confederal Nacional da FDGB. Estas medidas dizem respeito, entre outras coisas ao aumento das pensões dos reformados e inválidos, a construção de casas para os trabalhadores, a assistência médica e o alargamento do sistema de descanso dos trabalhadores.

Sob as nossas relações socialistas, a tarefa principal de toda a actividade sindical — a ampla representação dos interesses dos trabalhadores — está estreita e indissolivelmente ligada com a luta para o cumprimento da tarefa fundamental aprovada pelo VIII Congresso do PSUA. Esta tarefa fundamental, válida não somente para o período do actual plano quinquenal, mas também, para toda a etapa

A RDA EM NÚMEROS E FACTOS

- A produção industrial na RDA aumentou nos últimos 25 anos em cerca de 8 vezes e a renda nacional em 5,7 vezes.
- Segundo os cientistas e técnicos da RDA, nos próximos anos aumentará de 85 a 90% a participação do progresso científico e técnico no incremento da produtividade de trabalho.
- Os trabalhadores da capital da RDA — Berlim — produzem actualmente em mês e meio a mesma quantidade de produtos que em todo o ano de 1949, o que significa um aumento da produção industrial em 8 vezes. Desde o VIII Congresso do PSUA, em 1971, regista-se um ritmo de desenvolvimento muito elevado; enquanto que em 1971 o incremento da produção industrial, em Berlim, se elevava a 4,5%, em 1973 já era de 6,6%. O balanço do primeiro semestre de 1974 assinala um aumento de 6% em comparação com o mesmo período do ano passado.
- 99,9% da produção industrial bruta de Berlim são realizados actualmente em empresas de Estado. Na capital produz-se aproximadamente 20% de todos os produtos electro-técnicos que se fabricam na RDA. Cerca de 1 milhão e 300 mil marcos foram investidos em 1971, em equipamentos, na indústria berlinense.
- Desde a fundação da RDA a produção bruta da agricultura aumentou mais de duas vezes e meia. A pecuária regista um incremento de mais de 5 vezes. Os rendimentos por hectare subiram consideravelmente. Enquanto que em 1949, ano da fundação da RDA, um trabalhador da agricultura produzia viveres

para 6 habitantes, em 1973 a sua produção podia alimentar 28 pessoas. Cento e quarenta mil tractores, mais de 8 mil ceifeiras e 10 mil máquinas de colher batatas determinam o panorama actual nos campos da RDA.

As bases para o elevado nível de desenvolvimento da agricultura socialista da RDA foram lançadas imediatamente nos primeiros anos após a segunda guerra mundial. Por iniciativa do Partido Comunista Alemão e com o apoio de todas as forças progressistas, no Outono de 1945 teve início uma reforma agrária que pôs fim a uma situação de injustiça em que 6 mil grandes agrários tinham uma vez e meia mais terra do que 300 mil pequenos e médios camponeses.

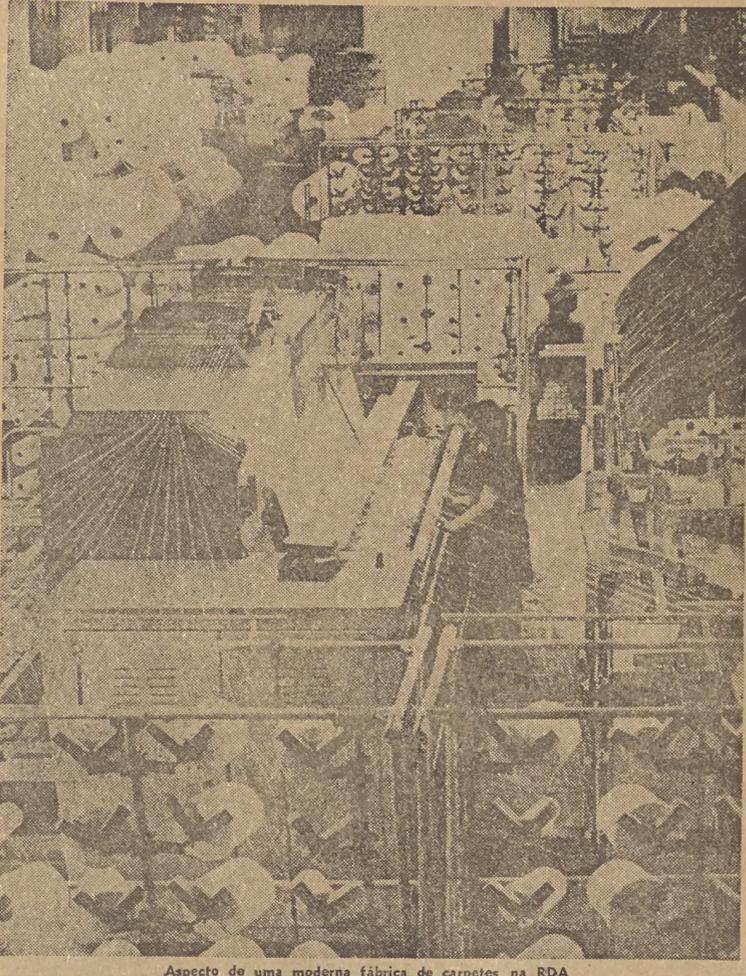
As transacções comerciais da RDA com o estrangeiro totalizaram em 1973 53 500 milhões de marcos, ou seja, foram 20 vezes superiores às de 1949, ano da sua fundação. Na estrutura do comércio operaram-se transformações essenciais. Por exemplo, as exportações de produtos da indústria básica diminuí-

ram consideravelmente enquanto as de produtos da indústria elaboradora de metais subiram de 32% em 1950 para 56,6% em 1973.

750 000 pessoas frequentaram desde 1960 até hoje as escolas superiores e profissionais da RDA. A maioria dos estudantes são filhos de operários e camponeses. Mais de 85% dos 110 mil estudantes da RDA recebem bolsas de estudo. Somente em 1973 matricularam-se nas 54 universidades e 193 escolas profissionais do país 308 mil pessoas. Cento e trinta e seis trabalhadores em cada 1000 são diplomados por escolas superiores ou profissionais.

Os trabalhadores da RDA dedicam mensalmente 15 horas do seu tempo livre a leitura de livros, revistas e jornais. 4,4 milhões de leitores quer dizer, mais de um quinto da população do país, frequentam regularmente bibliotecas públicas, requisitando anualmente uma média de 75 milhões de livros. Setenta e oito editoras, das quais 40 dedicadas a literatura científica, 22 a literatura, a livros para crianças e para a juventude, 10 as artes e à música, prosseguem com alto sentido de responsabilidade as melhores tradições democráticas, progressistas e socialistas da actividade editorial alemã anterior à tomada do Poder pelo fascismo. Neste ano do 25.º aniversário da RDA serão publicadas 3 milhões de volumes.

Desassets mil seleccionadas e sessenta e grupos da União Democrática de Mulheres da RDA fizeram o balanço da emulação em honra do 25.º aniversário da RDA. Esta emulação teve por objectivo desenvolver o trabalho político entre as massas e a melhoria das condições de trabalho das mulheres trabalhadoras e o desenvolvimento da vida intelectual e cultural nas cidades e aldeias. Desde Abril a Julho participaram em assembleias temáticas públicas mais de meio milhão de mulheres.



Aspecto de uma moderna fábrica de carpetes na RDA

AMÉRICA LATINA

ATAQUES E RECUOS DO IMPERIALISMO

Setembro foi na América Latina um mês de derrotas para o imperialismo e o fascismo. No Uruguai, no Brasil, no Chile, na Bolívia, a luta das forças democráticas e progressistas intensificou-se, traduzindo-se em significativas vitórias.

Na Argentina, as manobras conspirativas dos monopólios e da oligarquia agrária para implantar o caos económico e a anarquia, a fim de dividir as Forças Armadas e criar condições para uma ditadura militar, fracassaram uma vez mais. As forças da reacção, contando com o apoio de elementos do próprio Governo, tentam sabotar a política da aproximação com os países socialistas e impedir o cumprimento dos acordos assinados com Cuba, acordos que representaram um golpe demolidor no bloqueio americano à ilha heróica. O afastamento do ministro da Economia, José Gelbard transformou-se assim para Washington numa meta fundamental. Incapaz, contudo, de atingir esse objectivo por meios legais, o imperialismo estimula uma escalada terrorista da direita que se confunde com a violência irracional do ERP e de outras organizações ultra-esquerdistas. Na última semana, a AAA — uma réplica argentina do Esquadrão da Morte brasileiro — assassinou dezenas de pessoas, entre as quais o prof. Sylvio Frondizi, ex-reitor da Universidade de Buenos Aires e irmão do antigo presidente Arturo Frondizi. Acredita-se também que esse bando de criminosos esteja envolvido no bárbaro assassinio do general Carlos Pratts (e da sua esposa), ex-comandante-chefe do Exército chileno e um dos poucos generais que permaneceram leais até ao fim ao Governo democrático da Unidade Popular. Pratts, mesmo no exílio, era considerado um homem «perigoso» pelos fascistas de Santiago e tudo leva a crer que o crime tenha sido planeado pela polícia política chilena. O verdadeiro responsável, de qualquer modo, é o general Augusto Pinochet, carrasco do povo do Chile e instrumento dócil da ITT da Anacondia da Kennecott e de outras empresas monopolistas que, com a colaboração da CIA e do Pentágono, financiaram e montaram o sangrento golpe de Estado do 11 de Setembro de 1973. Protestar clamorosamente contra esse crime político e exigir um inquérito internacional e a punição dos autores e responsáveis é um dever imperioso de solidariedade.



Arismendi

mou conta de todas as actividades pesqueiras, assumiu o «controlo do sistema bancário, socializou os grande diários entregando-os às comunidades do trabalho, reformou toda a estrutura da indústria privada através da criação das comunidades industriais, e agita as bandeiras de uma democracia social de participação plena.

O Equador possui os maiores jazigos de hidrocarbonetos da América. Na próxima década será, talvez, o terceiro produtor de petróleo do mundo, superando a Venezuela. As novas leis sobre o petróleo e a decisão do Equador de defender os preços provocaram, assim, compressível alarme na Wall Street...

Pelo mesmo motivo, a tradicional cordialidade entre os governos de Washington e Caracas está cedendo o lugar a uma atmosfera tensa. A eleição de um presidente disciplinado como Carlos Andrés Pérez — um político da Acção Democrática que se tornou responsável por uma feroz repressão contra o povo venezuelano, quando ministro do Interior de Leoni — não resolveu os problemas dos grandes monopólios que controlam a economia vene-

zuelana. Andrés Pérez, apesar de ser uma criatura submissa — o chefe da sua campanha eleitoral foi um americano da CIA — viu-se obrigado a assinar o compromisso de respeitar a lei que determina a recuperação do petróleo em 1982. Mas o povo venezuelano não quer esperar. Exige a nacionalização imediata. Por outro lado, o actual presidente não pôde impedir que na OPEP a Venezuela acompanhasse a tendência geral dos países produtores, marcadamente anti-imperialista e de desafio à arrogância norte-americana.

Acosado no seu próprio bastião, o Império «yankee» reagiu à maneira tradicional com ameaças e «advertências prévias» a Caracas e Quito. Essas provocações lembram outras de triste memória, que precederam as intervenções dos fuzileiros e as agressões militares nos tempos em que a América Latina era olhada como uma quinta e um jardim zoológico.

O mundo, felizmente, mudou. A presença do campo socialista e o seu peso crescente são uma realidade. O fiel da balança pende para outro lado. Na Venezuela, no Equador, no Peru em toda a América Latina a insolência imperialista encontra a firme resposta das massas populares. E de Cuba chegam os primeiros ecos da solidariedade fraterna de um povo livre, através da voz do camarada Fidel Castro. O petróleo, como salienta o primeiro-ministro cubano «desempenha como matéria-prima privilegiada um papel de vanguarda na luta contra os países desenvolvidos, no momento em que a estratégia dos EUA prevê até a guerra para fazer baixar os preços». As ameaças de represálias americanas contra a Venezuela e o Equador não surtirão efeito, como bem assinala Fidel Castro, se esbarrares na firme solidariedade dos povos da América Latina.

Liberdade para Arismendi e Seregni!

Em La Paz, a prisão do general Eladio Sanchez Gironda, ex-chefe do Estado-Maior do Exército, é mais uma prova do enfraquecimento das bases de sustentação do regime de Hugo Banzer. Nas Forças Armadas bolivianas o descontentamento e a revolta alastram e a resistência à política de traição nacional não pode mais ser escondida pelo Governo. A influência dos acontecimentos de Portugal manifesta-se das formas mais curiosas. Os jovens oficiais patriotas que conspiram contra a ditadura intitulam-se «os portugueses» e discutem com entusiasmo o Programa do MFA.

No Uruguai, o recuo de Bordaberry e Cia é uma consequência de combatividade e da melhor organização do movimento popular. As massas respondem a cada mano-

bra repressiva, a cada acto de violência da ditadura com desafios que levam a novas vitórias. A frente sindical reforçou a sua unidade e vem desfecendo actos em cadeia — greves, concentrações, comícios etc. — que o aparelho de terror policial se mostra incapaz de enfrentar e conter. O povo exige a renúncia de Juan Bordaberry, um títere desmoralizado e desmascarado — aumento geral de salários, o fim das torturas e do arbítrio policial, e a formação de um governo provisório de coligação. O desprestígio do regime chegou a tal extremo que o próprio Instituto Gallup, após recente pesquisa de opinião pública, teve de confessar que 94 por cento dos uruguaios se manifestaram contra o presidente e a ditadura.

O Partido Comunista do Uruguai, que desde o golpe fascista, apesar da duríssima repressão que o atinge, esteve sempre na primeira linha da batalha desempenha um papel de extraordinária importância no contexto da luta em curso. Ao festejar em Setembro o seu 54.º aniversário, revelou que somente nos últimos três meses o número das suas organizações de base aumentou 33 por cento. O PCU trabalha incansavelmente pela formação de uma frente unitária contra a ditadura, apoiada pela CNT, a central de trabalhadores. Dessa vasta coligação participariam, além da Frente Ampla, o movimento das forças progressistas que fez de Liber Seregni o seu candidato à Presidência da República), o Partido Nacional e dissidentes do Partido Colorado.

Uma das formas de luta que, na prática, tem demonstrado ser mais eficaz é a campanha de solidariedade aos presos políticos. A imediata libertação de Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Comité Central do PCU, e do general Liber Seregni, mobiliza grandes massas em todo o país. Os comícios multiplicam-se sem que a repressão consiga impedi-los. Em Belvedere, em Cerro, em La Unión em Maroñas, em Cerrito, em todos os bairros de Montevideo, salas apinhadas de gente exigem a libertação de Seregni o «general do povo» de Arismendi, um dirigente comunista que não é apenas um patriota uruguio, mas um combatente que na América Latina democrática ganha a dimensão de um herói continental, ao lado de Luís Corvalán.

O PCP, solidário com a luta do Uruguai e dos povos latino-americanos oprimidos pelo imperialismo e pelo fascismo faz sua essa campanha. Exige também a libertação do general Liber Seregni e do camarada Rodney Arismendi. Arranque esses dois democratas das garras de Bordaberry & Cia é um dever. Será uma vitória, um passo em frente no caminho da libertação das nações irmãs da América Latina.



ASSINATURAS

Tabela de Preços

CONTINENTE E ILHAS

- 50 NÚMEROS — 125\$00 (Assinatura normal)
- 50 NÚMEROS — 200\$00 (VIA AÉREA)
- Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, S. Tomé, Timor, Brasil, Espanha:
- 50 NÚMEROS — 150\$00 (Assinatura VIA SUPERFÍCIE)
- 50 NÚMEROS — 520\$00 (Assinatura VIA AÉREA)

ESTRANGEIRO

- 50 NÚMEROS — 250\$00 (Assinatura VIA SUPERFÍCIE)
- 50 NÚMEROS — 700\$00 (Assinatura VIA AÉREA)

NOTA — Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remetam cheque ou vale de correio. Aos assinantes inscritos que ainda não efectuarem a liquidação, agradecemos também que o façam.

ASSINA O «AVANTE!»

EM TERRAS DO ALENTEJO

PEQUENOS AGRICULTORES ORGANIZAM-SE

Desde o advento do fascismo que as camadas dos pequenos e médios agricultores foram sistematicamente sacrificadas à política de defesa dos interesses dos latifundiários e dos grandes capitalistas.

Instrumentos dessa política foram os grêmios, as juntas e federações dominadas pelos senhores da terra. Daí que os pequenos e alguns médios agricultores logo após o 25 de Abril se tenham movimentado amplamente no sentido de liquidar totalmente a máquina corporativa do fascismo na agricultura, o que viria a verificar-se em decreto-lei emanado do Governo Provisório.

Como resposta a esta medida que corresponde às aspirações dos pequenos e médios agricultores, grandes agrários procuraram ressuscitar a estrutura gremial, através da criação da Associação Livre dos Agricultores, ALA, em que, novamente, na semelhança da podre paz corporativa se misturavam pequenos, médios e grandes agrários.

Esta manobra de miscelismo no campo, os pequenos e médios agricultores, esmagados por uma fixação de preços contrários aos seus interesses, pelos impostos, por empréstimos usurários, sem capacidade de concorrência técnica, de máquinas, de adubos e crédito, foram progressivamente lançados na semi ou total proletarização. Paralelamente e como consequência, avolumava-se a concentração de propriedade. De tal modo que chegámos a uma estrutura agrícola em que mais de 96% das explorações possui menos de 20 hectares (ocupando apenas 38,5% da superfície agrícola), enquanto 3,5% (em mais de 20 hectares englobando 61,3% da área agrícola). Entre o primeiro tipo de exploração (de 20 hectares) o maior peso é constituído por explorações de 0,05 a 1 hectare e de 1 a 4 hec-

trutar, na chamada Associação Livre dos Agricultores, o domínio que exerciam nomeadamente através dos grêmios da Lavoura. Mudando a forma de representação das camadas pequena e média do campesinato, adoptando a tática de lançar para a frente os pequenos e médios proprietários contra os interesses dos assalariados agrícolas, procuram perpetuar o conteúdo do corporativismo na agricultura, prosseguir a miscelânea de interesses que são, na realidade, opostos. Esta oposição foi, porém, aprendida pelos pequenos e médios agricultores através de uma longa e dolorosa prática. Daí que, após os primeiros momentos de desorientação, eles marchem decisivamente para associações de classe nitidamente demarcadas.

— **A ideia da associação** — declarou ao «Avante!» um elemento da Comissão Provisória — nasceu para ver se éramos capazes de nos livrarmos das injustiças que nos faziam no Grémio e se ficássemos na ALA ficávamos sujeitos ao mesmo. A ALA representa os grandes agrários que têm problemas diferentes e até antagonísticos aos dos pequenos. Se embarcássemos na ALA vendiamos-nos e, vendendo-nos a nós, vendíamos centenas de pequenos agricultores e de trabalhadores. Porque nós também somos trabalhadores. Durante seis meses no ano somos assalariados agrícolas e os outros seis somos pequenos agricultores. Só formando uma associação nossa podemos ter condições e oportunidades de nos libertarmos dos grandes agrários e formar uma classe independente que corresponderá muito melhor aos nossos anseios e interesses. E, no nosso distrito, os grandes agrários estão muito concentrados e dominam o melhor da terra.

Pequenos agricultores criam associações próprias

Assim se formou, em primeiro lugar, a Liga dos Pequenos

Agricultores a nível do distrito de Portalegre.

— **A ideia da associação** — declarou ao «Avante!» um elemento da Comissão Provisória — nasceu para ver se éramos capazes de nos livrarmos das injustiças que nos faziam no Grémio e se ficássemos na ALA ficávamos sujeitos ao mesmo. A ALA representa os grandes agrários que têm problemas diferentes e até antagonísticos aos dos pequenos. Se embarcássemos na ALA vendiamos-nos e, vendendo-nos a nós, vendíamos centenas de pequenos agricultores e de trabalhadores. Porque nós também somos trabalhadores. Durante seis meses no ano somos assalariados agrícolas e os outros seis somos pequenos agricultores. Só formando uma associação nossa podemos ter condições e oportunidades de nos libertarmos dos grandes agrários e formar uma classe independente que corresponderá muito melhor aos nossos anseios e interesses. E, no nosso distrito, os grandes agrários estão muito concentrados e dominam o melhor da terra.

Distrito de Portalegre: concentração da propriedade engloba o máximo da área arvense

Efectivamente no distrito de Portalegre assistimos talvez (e talvez porque os dados são insuficientes para uma afirmação inequívoca) a uma concentração patrimonial ainda mais elevada que nos distritos de Évora, Beja e Setúbal. E isto porque embora a taxa de empresas patronais agrícolas (22%) fosse, em 1952, menor que as dos três distritos mencionados, observava-se nelas o máximo de área arvense: 94,3%. A taxa de assalariados era das mais elevadas do País (segundo-se imediatamente a de Évora), diminuto o número de «trabalhadores por conta de outrem não remunerados», a classe patronal muito vinculada na composição social da população activa agrícola e nesta estrutura patrimonial de pouco significado quantitativo se investem as empresas familiares. De salientar que no conjunto das empresas familiares 69% encontram-se na condição imperfeita, a segunda média mais elevada do continente, o que dá uma ideia do estado de semi-proletarização dos pequenos agricultores. E sobretudo ao nordeste do distrito (Marvão, Gavião, Portalegre, Castelo de Vide), que se localizam as empresas familiares e as pequenas empresas de tipo patronal, enquanto as explorações de grande escala predominam na zona central do distrito. Entre estas grandes explorações dominam as propriedades de grupos financeiros poderosos: a Casa Cadaval, a família Siqueira Freire, a família Falcão Trigo, a Casa Vaz Monteiro, a família Dias Coutinho, a família Reynolds, o grupo Sommer, a família Ribeiro Ferreira, a Casa Barreira e C.ª (Irmãos), as famílias Vaz Freire, Moura Neves, Castelo (dos Contos de Nova Goa), Costa Pinto, Tello da Gama, Pequeto Rebelo, família Mascarenhas, família O'Neill, Casa Tello da Gama, família Gonçalves Azevedo e Silva,

família Borges Coutinho Dias da Câmara, D. João Graçera Bejerano e ainda, além de outros grupos portugueses, um marcado domínio territorial de estrangeiros sobre médios e grandes predios.

— **Sempre foi as grandes famílias e casas agrícolas** — continua o nosso interlocutor — que o antigo governo beneficiou. Dizia que contribuía com 20% nas máquinas que os pequenos comprassem. Mas não era para os pequenos. Eu meti-me há cinco anos a comprar uma máquina, empenhei-me, ando ainda a pagar as letras e nada vi dos tais 20%. Quem não tinha nada, nada recebeu. E isto com tudo o resto. Nada foi feito por nós, pelo contrário, contra nós, pequenos.

Pequenos agricultores apoiam medidas do Governo Provisório

De modo diverso é encarada a política do Governo Provisório, nas medidas já tomadas, ainda que desejem os pequenos agricultores maiores avanços neste domínio. A reforma tributária, cujo alcance não foi devidamente salientado nos órgãos de informação, é considerada pelas camadas pequena e média do campesinato como um progresso visível. Interessam-lhe, particularmente, os aspectos em que se eleva para 2000\$ a isenção da contribuição predial rústica dos prédios possuídos por cada contribuinte em cada concelho e se estabelece a isenção da mesma contribuição para os rendimentos colectáveis até 5000\$, quando a propriedade seja explorada pelo próprio, com benefício evidente para mais de metade das pequenas explorações rurais, assim como a reintrodução do imposto sobre a indústria agrícola, cuja suspensão só favorecera as grandes explorações agrícolas (continuando a isenção deste imposto para os lucros tributáveis até 100 contos limitados que virá a ser revisto) e ainda a penalização no âmbito da contribuição predial da posse de prédios rústicos incultos ou insuficientemente cultivados por culpa do proprietário e a posse de terrenos inactivos que sejam aptos para construções consideradas convenientes sob o ponto de vista social e urbanístico.

— **Este Governo não é igual ao outro. Grandes agrários meteram-nos medo quando veio cá o secretário de Estado da Agricultura. Mas foi com a vinda cá do secretário que os pequenos agricultores abriram mais os olhos** — afirma-nos outro elemento da Comissão Provisória dos Pequenos Agricultores. — **Homens com 60 e 70 anos nunca tinham visto um homem do Governo. Pois ele não veio cá prender-nos, nem meter medo. Veio ajudar-nos, falar com a gente, pedir a nossa colaboração, ouvir-nos e ensinar-nos. Nós nem tínhamos local para nos reunir. O secretário ofereceu a Escola Técnica, onde estivemos com ele, para todos se juntarem quando quiserem. Aqueles que lá foram, viram como as coisas se passaram e foram contar a outros. Assim o pequeno ganha confiança, sabe que já não é um desprezado. A Comissão Provisória**

dos Pequenos Agricultores está a promover reuniões com todos os pequenos para estudarmos os problemas e apresentarmos um caderno dos pequenos.

Uma medida governamental que veio animar, consideravelmente, os pequenos agricultores, refere-se ao estabelecimento de três escalões para o preço do trigo e de um subsídio para minimizar os prejuízos com o trigo já vendido. O facto é duplamente animador para este tipo de agricultores: em pri-

mas sem os trabalhadores não passamos. O fim dos grandes agrários é meter guerra entre os pequenos agricultores e os trabalhadores. E essa a manha. Revoltar os trabalhadores contra os pequenos agricultores para eles ficarem de parte a rir. Procuram todos os meios para a coisa dar essa volta. Mas não têm essa sorte. Se fomos todos unidos, não dá. Assim, na prática de todos os dias, pequenos camponeses compreendem que a união com os trabalhadores de que

outras condições mas a Comissão Sindical, que é o único representante dos trabalhadores, não aceitou o contrato que esses agrários queriam. Nós pagamos o salário que os trabalhadores querem. Alguns, poucos, dos grandes também querem pagar e até são insultados pelos outros grandes.

— **A gente pensa que deve haver um salário igual para todos os trabalhadores desde Portalegre ao Algarve** — prossegue outro elemento da Comissão — **Só assim se evi-**

mas sem os trabalhadores não passamos. O fim dos grandes agrários é meter guerra entre os pequenos agricultores e os trabalhadores. E essa a manha. Revoltar os trabalhadores contra os pequenos agricultores para eles ficarem de parte a rir. Procuram todos os meios para a coisa dar essa volta. Mas não têm essa sorte. Se fomos todos unidos, não dá. Assim, na prática de todos os dias, pequenos camponeses compreendem que a união com os trabalhadores de que



Searas tornadas pastagens

lânea de interesses cuja contradição a prática histórica demonstrou à sociedade não ludibriou as camadas pobres e médias do campesinato que, por todo o País, têm partido para organizações próprias. Assim, em Beja, foi completamente estruturada a Liga dos Pequenos Agricultores que, entretanto, se cria outros distritos. Também em Elvas, se dão os primeiros passos para uma Associação de Pequenos Agricultores que tenha expressão a nível distrital.

Durante os longos anos de regime fascista, a par da ruína económica sofrida pelos pequenos e médios agricultores (que se cifrou no desaparecimento de centenas de milhares de pequenas explorações agrícolas e no asfixiamento das sobreviventes), assistimos ao esmagamento de todas as formas de associação na agricultura, com exclusão, como é evidente, da associação corporativa, processo de dominação destas camadas.

Embora teoricamente as cooperativas agrícolas (um meio ainda que limitado de protecção das classes médias do campesinato) fossem permitidas, na realidade o governo ou lograva controlá-las ou movia-lhes uma perseguição implacável, tática de aniquilamento reconhecida mesmo por elementos ligados ao regime fascista. Assim e perante o escandaloso boicote de cooperativas agrícolas desde 1926 em plena Assembleia Nacional em 1945, até um deputado fascista afirmava: (...) Se a lei permitisse se constituíam cooperativas agrícolas e se toda uma região reclamava isso como uma defesa contra a concentração industrial ali realizada, eu não posso conceber que se impeça a constituição dessas cooperativas e faça votos por que, se alguma de facto for constituída, não lhe aconteça o que sucedeu a uma cooperativa de venda de carne, no Porto, que teve de acabar devido à perseguição que lhe foi movida.

O esmagamento do movimento cooperativo na agricultura correspondeu a uma deliberada política em que os interesses da produção agrícola eram manejados ao sabor dos interesses monopolistas.

O Governo fascista conduziu uma política de ruína do pequeno e médio campesinato

A medida que se verificava o desenvolvimento do capita-

tares (respectivamente 38,6 e 33,7 por cento do total das explorações agrícolas), as quais segundo parecer da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) têm rendimentos que não permitem a uma família viver sem outros recursos.

Todas as medidas tomadas pelo governo fascista, qualquer que fosse o seu catálogo, aceleraram o processo de ruína dos pequenos e médias agricultores, favorecendo unicamente os grandes proprietários e o capital financeiro a eles aliado. Assim o «emparcelamento», o «parcelamento» a «colonização», e o «reprovamento».

O Governo Provisório, ao liquidar a estrutura corporativa da Lavoura, grêmios, juntas e federações, deu um passo em frente na defesa das camadas médias da agricultura e no saneamento da aguda crise agrícola a que o fascismo conduziu o País.

Grandes latifundiários, que não desarmarão facilmente dos seus privilégios a todos os níveis, procuraram res-

tos Agricultores em Beja, associação de pequenos e alguns médios agricultores que directa e fisicamente trabalham a terra e que pretende defender os seus aderentes das classes que sempre os oprimiram e que, agora, ao sentirem-se isolados, apelam, ansiosamente para os pequenos. Porque a agricultura não é uma classe, como alguns pretendem, mas um sector económico cujas implicações sociais de toda a ordem determinam a sua divisão em três classes distintas: latifundiários, pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais. Onde é utópico pensar-se na fusão destes grupos numa única associação pelas características específicas que cada um apresenta. Assim é correcta a existência de um sindicato dos interesses dos trabalhadores rurais, de uma liga que associe os pequenos e médios agricultores e da ALA que albergue os grandes agrários.

Da análise desta realidade, nasceu também, em Elvas, a Comissão Provisória dos Pequenos Agricultores, embrião de uma Associação de Pequenos



A dura experiência do passado e a confiança no futuro



No Centro de Trabalho de Montemor o «Avante!» recolheu opiniões

meio lugar porque foi por acção da Liga dos Pequenos Agricultores de Beja que este problema foi posto ao Secretariado de Estado da Agricultura; em segundo, porque a aceitação da petição da Liga demonstra que os interesses dos pequenos podem ser atendidos. Recordemos que o preço do trigo ficou, nesta campanha, assim distribuído de acordo com a produção: até 50 mil quilos, será pago a 5550 por quilo; as produções de 50 mil a 100 mil quilos serão pagas a 5500 por quilo e as produções superiores a 100 toneladas serão pagas a 4550 por quilo.

Na petição da Liga eram igualmente abordadas questões relativas à produção de leite, carne e tomate que foram também aprovadas. O crédito à agricultura é um dos pontos que mais preocupam os pequenos agricultores. A este respeito, dizem-nos:

— **Temos necessidade urgente de crédito. Não em dinheiro. Fora casos de subsídios num caso ou outro, o dinheiro até faz pouca falta. Para já o que necessitamos é crédito em sementes. Mas só para os que realmente precisam. Aproxima-se a sementeira e não temos sementeira. Podíamos pagar a depois no fim da campanha; o que nos resolvia a questão era uma cooperativa agrícola que nos fornecia sementes, adubos, a pequeno ou longo prazo, que ceda máquinas. Estas terras são ricas e bem aproveitadas podem produzir muito. A semente vende. O que é preciso é que o Governo continue com estas medidas e nos ajude a resolver as dificuldades como esta do crédito da semente. Para já a discussão pública da lei de contrato de arrendamento rural é um modo de apresentarmos as nossas razões.**

Pequenos agricultores aliados naturais dos trabalhadores

Sabendo que, em muitos casos, a ALA tem resistido às reivindicações dos trabalhadores rurais, alegando as dificuldades que a satisfação desses salários levantariam ao pequeno agricultor, «Avante!» abordou esta questão com os elementos entrevistados da Comissão Provisória dos Pequenos Agricultores. A este respeito, respondem-nos:

— **Até à data quem mais tem pago ao trabalhador é o pequeno agricultor. Porque quase todo o pequeno agricultor é trabalhador metade do ano e sabe que o trabalho custa. O pequeno agricultor até dá os salários e mais dará se for apoiado pelo Governo. Os grandes é que resistem porque estão habituados a que os trabalhadores fossem obrigados a trabalhar quase de graça. Cá no concelho de Elvas, os trabalhadores apresentaram um contrato com salários até baixos e más condições em relação ao resto do Alentejo. Os agrários recusaram assinar esse contrato e não chamaram os pequenos agricultores. Quiseram impor**

ta que o trabalhador tome outra vez a mantesaria, a andar pela estrada com a roupa às costas.

Nos atendemos aos interesses dos trabalhadores. Com os trabalhadores podemos trabalhar, com a maioria dos grandes agrários não podemos. Passamos bem sem eles

REUNIÕES EM DIVERSOS PONTOS

MONCHIQUE — No salão de Casa do Povo realizou-se uma sessão de esclarecimento do PCP, com 300 pessoas. Participaram António Agostinho, da Comissão Concelhia, e Rui Sacramento, da Comissão Distrital do PCP. Foram abordadas questões relacionadas com o Programa do Partido, com a vida nos países socialistas e outros temas. Foi, ainda, evocado o Chile e a luta de resistência do povo chileno.

LOULÉ — Efectuou-se uma sessão de esclarecimento, no salão do Atlético Club, com a participação de 250 pessoas e em que intervieram Leonel Mandoga e Rui Sacramento, da Comissão Distrital do PCP. A política do Partido, o seu Programa, a posição do Partido em relação aos problemas dos pequenos e médios industriais e agricultores foram temas discutidos. Uma tentativa de provocação por parte de um grupinho esquerdista foi prontamente e energeticamente derrotada.

DISTRITO DE BEJA — Nesta região continua a desenvolver-se uma intensa campanha de esclarecimento, a que as nossas trabalhadoras correspondem da melhor maneira. Nos últimos dias, comissões locais do nosso Partido promoveram concorridas reuniões e comícios em Ervidel, Vidigueira, Vila de Frades, Vale de Vergo e Vila Nova da Baronia. No final, amplos debates entre os camaradas presentes na mesa e a assistência permitiram a abordagem de problemas de actualidade política e, mais particularmente, da situação e condições de trabalho dos assalariados agrícolas.

OLIVAIS — Organizado pela comissão de freguesia do nosso Partido, realizou-se no Cinema da Encarnação um comício a que estiveram presentes cerca de 1100 pessoas. Falaram as camaradas Teresa Matoso, da comissão de freguesia; Maria da Graça Marques Pinto, da comissão central da UEC, que comentou um filme cubano sobre a educação em Cuba, e Aida Magro, que se referiu à situação política. O camarada Francisco Viana disse um poema sobre o Chile, e Celeste Amorim, acompanhada por Carlos Faredes, cantou algumas canções.

ALMADA — Vitor Gomes, militante do nosso Partido em Lisboa, participou numa sessão de esclarecimento, em que estiveram cerca de 700 pessoas. Após uma breve introdução, desenvolveu-se um largo debate com a assistência, em que, entre outros temas, foram abordados o aumento do custo de vida, o papel do Partido no Governo Provisório a necessidade da unidade contra a reacção.

SESIMBRA — A actual situação política, o saneamento na Junta Central e outros problemas da classe piscatória foram focados numa sessão de esclarecimento realizada nesta localidade em que participaram cerca de 60 pescadores.

TORRES NOVAS — Os camaradas António Canelas, Alvaro Maia, Caraga da Silva e José Pereira, re-

presentantes da Comissão Concelhia de Torres Novas do PCP, presidiram a uma sessão em Meia-Via (Torres Novas). No final, alguns dos presentes fizeram perguntas aos camaradas oradores, desejando ver esclarecidos alguns pontos, nomeadamente no que se refere à posição do PCP em relação à Igreja e, também, aspectos relacionados com assistência social.

Em Zibreira, quatro representantes da Comissão Concelhia de Torres Novas do PCP foram os oradores de uma sessão, tendo sido, também, convidado para a mesa o representante da Comissão Concelhia de Alcanena do PCP. Foi focada, largamente a posição do PCP em relação à reforma agrária, em relação à Igreja e também à assistência social. No final, os camaradas oradores responderam às perguntas que muitos dos presentes fizeram.

ÉVORA: NOVA CONVENÇÃO COLECTIVA PARA OS TRABALHADORES AGRÍCOLAS

Os trabalhadores agrícolas do distrito de Évora, depois de uma ampla movimentação através da sua Comissão Pró-Sindicato, conseguiram fazer aceitar pelos agrários, em negociações directas, parte das cláusulas que integram uma nova Convenção Colectiva de Trabalho para substituir a que terminou em 30 de Agosto.

Apesar da luta desenvolvida pelos trabalhadores na defesa dos seus direitos mais elementares, não foi possível aprovar, em negociações directas com o apoio técnico do Ministério do Trabalho, todas as cláusulas da nova Convenção, devido sobretudo às atitudes de intransigência por parte dos grandes agrários.

Assim, foi necessário recorrer à via administrativa, fixando-se através de uma portaria, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Setembro findo, a regulamentação do trabalho rural do distrito de Évora.

Os despedimentos sem justa causa ficam proibidos e as entidades patronais são obrigadas a garantir trabalho a todos os homens e mulheres adstritos com carácter efectivo à respectiva exploração agrícola durante todo o ciclo produtivo.

A nova Convenção Colectiva manter-se-á em vigor até 31 de Agosto do próximo ano e fixa os seguintes salários mínimos por oito horas de trabalho: tractoristas: 180500; limpedores de árvores: 180500; indiferenciados: 150500; trabalhadores: 110500; e guardadores de gado: 150500.

Entre as outras cláusulas aprovadas destaca-se a que compete a uma comissão paritária, formada por elementos do Secretariado Pró-Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito de Évora, da associação dos agricultores a nível distrital e por um representante do Ministério do Trabalho.



QUATRO ANOS NA DEFESA UNITÁRIA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

O quarto aniversário da existência da Intersindical Nacional foi comemorado com um comício que reuniu mais de 10 mil trabalhadores na praça do Campo Pequeno.

Pela primeira vez as comemorações foram levadas a cabo livremente, ao contrário do que sempre sucedeu durante o regime fascista em que aquela organização unitária dos trabalhadores estava forçada a uma quase clandestinidade.

Para além do ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, e dos secretários de Es-

tado, do Trabalho e das Pescas, dr. Carlos Carvalhas e dr. Mário Ruivo ladeados por elementos do Secretariado da Intersindical, vieram-se entre a assistência numerosas representações dos Sindicatos dos Médicos, Farmacéuticos, Escritórios, Professores, Bancários, Ferrovários, Caixeiros, Metalúrgicos, Electricistas e muitos outros.

O primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, que em princípio deveria estar presente não pôde deslocar-se devido a enorme actividade que o momento político

A DEMOCRATIZAÇÃO E AS REFORMAS DE FUNDO

As medidas de austeridade económica que o Governo tem decretado são compreensíveis e necessárias, face à difícil situação que o fascismo deixou e face à complexidade da hora presente. No entanto, alguns limitam-se exclusivamente a sublinhar os significativos aumentos de alguns produtos que o saneamento da situação económica impõe, com evidentes reflexos na bolsa das camadas trabalhadoras. Mas esquecem (ou fingem esquecer) as causas de tais medidas e muitos outros factores da orientação económica do II Governo Provisório.

Declarou o Governo, na base de orientação do Programa das Forças Armadas, que se orientava por uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores e de fomento económico não monopolista.

O estabelecimento do salário mínimo nacional; o subsídio de desemprego; a nova legislação sobre as rendas de casa; o fomento prioritário da construção de habitações de carácter social; as medidas para diminuir os riscos de uma onda de desemprego; a reforma fiscal; as medidas para o «controlo» dos preços; o apoio dado ao poder contratual dos sindicatos; e outras medidas já tomadas ou em estudo, como seja a unificação e melhoria do sistema de previdência e assistência médica, são iniciativas do Governo Provisório que melhoraram a situação das classes trabalhadoras. Estas iniciativas foram acompanhadas de outras de carácter antimonopolista.

O arranque de uma política antimonopolista. No que se refere a esta política (que no entanto parece ser necessário prosseguir com mais vigor), há desde já a assinalar a nacionalização dos três bancos emissores (um dos quais, o Banco Nacional Ultramarino, tem um significativo peso na banca comercial) e o empenho decidido do Governo Provisório em fomentar a actividade e capacidade de actuação de empresas do Estado já existentes ou a criar, passando-lhe a responsabilidade, e proveito, de empreendimentos económicos que o fascismo tinha reservado, como se contada fosse, aos grandes grupos monopolistas. Podem como exemplo, citar-se os planos para que o Banco de Fomento e a Caixa Geral de Depósitos (empresas sob «controlo» do Estado) aumentem a sua capacidade de investimento; os planos para que o Amoníaco Português (empresa sob «controlo» do Estado) tome a seu cargo a construção e exploração de unidades químicas de base do complexo de Sines (que tinham sido concedidas de mão beijada à CUF); a retenção para o Estado de 5 por cento da facturacão da Siderurgia Nacional; a obrigatoriedade da sujeição a autorização governamental dos pedidos de aumento de preços de produtos industriais, agrícolas e de serviços; a disciplina imposta na Bolsa de Valores onde

derrubamento do fascismo. No momento em que as Forças Armadas e o povo português acabam de vencer uma difícil prova no caminho democrático exorto os trabalhadores portugueses para que dentro da ordem democrática estabelecida contribuam para a reconstrução da nossa Pátria. Daqui faço um apelo para que comemorem a vitória sobre a reacção com uma jornada nacional de trabalho no próximo domingo. Viva Portugal.

A unidade da classe trabalhadora foi o espírito que presidiu àquela reunião ampla de trabalhadores. No recinto vieram-se cartazes espalhados que diziam: «Viva a classe trabalhadora», «Unidade Povo-MFA», «Não à sabotagem dos latifundiários», «Direito ao trabalho! Não aos despedimentos!».

O momento político dos últimos dias ainda estava presente em todos os trabalhadores. Palavras de ordem como «Fascista escuta, o povo está em luta» e «Soldado amigo, o povo está contigo» ouviam-se repetidamente.

Os representantes dos sindicatos que usaram da palavra acentuaram os problemas que presentemente mais afectam a classe trabalhadora, nomeadamente o facto de existirem empresas que não cumprem sistematicamente os Contratos Colectivos de Trabalho e ainda as manobras das multinacionais, empenhadas na sabotagem económica e na vaga de despedimentos que inevitavelmente se seguiriam criando um clima de insegurança sempre propício para as manobras sediciosas do imperialismo que procura a todo transe manter o benefício da exploração do trabalho alheio.

Foram ainda lidas mensagens da CGT francesa e da Confederação Mundial do Trabalho. Um representante da Federação Sindical Mundial dirigiu a palavra aos trabalhadores, não tendo chegado ao termo da sua intervenção porque um boato alarmista, nitida manobra de reacção, dava conta de uma situação anormal na cidade de Lisboa, que mais tarde se verificou não ter o mínimo de fundamento.

Também na cidade do Porto o aniversário da Intersindical foi festejado na presença de alguns milhares de trabalhadores, reunidos no pavilhão do Académico.

Continua, no entanto, válida a afirmação de que se não podem prever como iminentes reformas de fundo na estrutura da economia portuguesa. Isso não significa que elas não sejam necessárias; o PCP sempre afirmou e continua a considerá-las como necessárias e inevitáveis. No entanto, o senso político responsável não pode deixar de constatar que tais medidas não são possíveis nas condições presentes.

Não ao idealismo, não aos esquemas abstractos

A realização de eleições livres no próximo ano, a institucionalização da democracia e da liberdade em vários campos da vida política e social são objectivos prioritários do momento. Tal evolução, que queremos irreversível, trará ao Povo Português a oportunidade de lançar as bases políticas necessárias para futuras e verdadeiras reformas de fundo.

Para nós, comunistas, que analisamos a situação actual, e que a influenciámos, na base dos princípios do marxismo-leninismo, não há outra via. Não somos idealistas; não sobrestimamos o querer e a vontade de cada

MARIA MACHADO OBREIRA DO «AVANTE!», OBREIRA DO PARTIDO

«A história do Partido é uma história de dedicação, de sacrifício, de valentia e de heroísmo. É a história daqueles milhares de comunistas que arriscaram e arriscam corajosamente a liberdade, sacrificaram e sacrificam a vida pessoal ao trabalho silencioso e modesto de construir o Partido, de o ligarem às massas populares, de dirigirem as lutas do nosso Povo contra a ditadura fascista.»

(«Rumo à Vitória»)

Faz hoje 16 anos que morreu Maria Machado. Uma comunista. Um desses «milhares de comunistas que arriscaram corajosamente a liberdade, sacrificaram e sacrificam a vida pessoal ao trabalho silencioso e modesto de construir o Partido, de o ligarem às massas populares, de dirigirem as lutas do nosso Povo contra a ditadura fascista.»

de Dezembro de 1945, com o título: «A tipografia do «Avante!» caiu — conduta heroica da camarada Maria Machado», relatava, assim, esse acontecimento.

«Depois de um trabalho regular durante 4 anos e 3 meses seguidos, a tipografia do «Avante!» caiu nas mãos dos fascistas. Dois camaradas conseguiram salvar-se. Para isso, sacrificou-se heroicamente a camarada Maria Machado.

«Na história da imprensa clandestina, o trabalho consecutivo de uma tipografia do «Avante!», durante tão longo período de

VI SÉRIE Nº 88 DEZEMBRO DE 1945 Proletários de todos os Países



DEPOIS DAS ELEIÇÕES BURLA A conquista da Democracia

Logo em outubro, num momento em que muitos anti-fascistas se contentavam numa profunda viragem dentro do governo e, desde logo, afirmam que as eleições «tal como o governo as organizou, são uma autentica e verdadeira política de grande estilo».

E o «Avante!», nº 88, no artigo «Uma única atitude se impõe: Não ir às eleições», publicado em buído aos militares, desmentava as medidas de violência e intimidação do governo fascista.

A TIPOGRAFIA DO «AVANTE!» CAIU! Conduta Heroica DA CAMARADA MARIA MACHADO

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas, que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse, a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

«Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra: «Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

EXPOSIÇÃO EM MOSCOVO SOBRE PORTUGAL



No passado dia 20 de Setembro, na Casa da Amizade com os Povos dos Países Estrangeiros, em Moscovo, foi inaugurada uma exposição fotográfica sobre o nosso país: «Portugal de hoje». O material exposto é obra de jornalistas portugueses e soviéticos. No dia 23, na Casa Central dos Jornalistas, também em Moscovo, o camarada Carlos Alboim Inglês, membro suplente do CC do PCP, realizou uma conferência a que assistiram 150 jornalistas de todas as repúblicas soviéticas. O tema central da conferência foi a situação em Portugal, o processo que conduziu ao 25 de Abril, o que foi o 25 de Abril, as realizações, problemas e perspectivas da nova situação democrática. No final foi projectado o filme documental «Portugal: Primeiros Dias de Liberdade», que está a ser exibido nos cinemas soviéticos.

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

«Lêva-se necessário um sacrifício e ele foi feito pela nossa valente camarada Maria Machado. Para cobrir a retirada dos outros camaradas ficou (que se afastaram com o protesto de ir buscar quem os identificasse), a nossa camarada ficou serenamente na tipografia.

Aproveitando o pouco tempo que lhe restava de liberdade, com a casa cercada pela GNR, a camarada Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu algumas linhas para ler ao povo da terra:

«Povo de Barqueiro! Senhores da Justiça! Não somos gatinhos. Somos Comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino «Avante!», órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»